

DIARIO DO GOVERNO

A correspondência official da capital e das provincias, *francos de porte*, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á *Imprensa Nacional*.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000 | Anuncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondencias, por linha 60
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1909, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar á publicação de annuncios será enviada á Rua Nova do Almada n.º 29 e 41, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA:

Decreto, com força de lei, de 26 de outubro, mandando que sejam dias uteis e de trabalho para todos os efeitos os dias até o presente considerados santificados, com excepção dos domingos.

MINISTERIO DO INTERIOR:

Despacho autorizando um cidadão português a acceitar e usar a medalha da Cruz Vermelha de Espanha.

Despachos nomeando governadores civis e substitutos.

Decretos de 26 de outubro:

Autorizando a comissão municipal do concelho de Setubal a applicar parte do seu fundo de viação a determinadas despesas urgentes.

Approvando os estatutos da Academia de Sciencias de Portugal.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primaria, sobre movimento de pessoal.

Decreto, com força de lei, de 25 de outubro, declarando livres todos os cursos professados na Escola Polytechnica de Lisboa.

Declaração pela Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, sobre pagamento de emolumentos.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Decretos, com força de lei, de 26 de outubro:

Extinguindo o 3.º districto criminal do Porto.

Extinguindo o Tribunal de Verificação de Poderes e determinando que pelo Ministerio da Justiça seja ordenada uma syndicancia ao tribunal extinto.

Despachos encarregando os juizes das comarcas da Povoia de Varzim e Ponta Delgada de procederem, nas respectivas comarcas, á impisição de sellos nos edificios deshabitados de extinctas associações religiosas.

Despachos pela Direcção Geral de Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Habilitações para levantamento de creditos.

Aviso de terem sido retirados da praça varios foros postos á venda na lista n.º 4:146.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições Directas, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA GUERRA:

Declaração acerca da admissão de um alumno no Collegio Militar.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Nova publicação, rectificada, do decreto relativo á reorganização da armada, inserto no *Diario* n.º 18, de 26 do corrente.

Portaria de 26 de outubro, mandando considerar finda a missão de que fôra encarregado um primeiro tenente da armada, de fiscalizar um contrato de navegação para os Açores e de coadjuvar o capitão do porto do Funchal num inquerito sobre pesca.

Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.

Decreto, com força de lei, de 24 de outubro, autorizando a Companhia de Moçambique a isentar do imposto de pilotagem e das despesas de porte os navios de guerra estrangeiros que entrem nos portos dos territorios de Manica e Sofala sob a administração da mesma companhia.

Decretos de 25 de outubro:

Aposentando um primeiro aspirante da Repartição Superior de Fazenda do Estado da India.

Abrindo um credito extraordinario com applicação ás despesas consequentes dos naufragios das canhoneiras *Liberal* e *Tygo*.

Abrindo um credito especial correspondente a determinadas receitas obtidas por estabelecimentos fabris de marinha e destinado á compra de materias.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Estatutos da Associação de Classe dos Negociantes de Ovos, de Lisboa, approvados por alvará de 27 de março de 1909.

Portaria de 26 de outubro, prohibindo o emprego de menores até a idade de dezaseis annos no serviço de machinas continuas de fabricação de papel e de outras identicas.

Nota de um pedido de registo de nome industrial.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal Administrativo, accordões n.ºs 18:320 e 18:362.

Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, accordões n.ºs 306, 307 e 308.

Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, recurso n.º 3:140.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, annuncio para arrematação da impressão de orçamentos da Camara; aviso acerca da feira de gado no Campo Grande.

Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos; aviso para reclamação de um titulo achado no edificio da Junta; aviso sobre pagamento de juros.

Administração do concelho da Barquinha, edital acerca do julgamento das contas da comissão administrativa do municipio da Barquinha, nos meses de janeiro e fevereiro de 1908.

Imprensa Nacional, aviso para reclamação do producto da venda de algumas obras cuja importancia se acha em deposito.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relação dos numeros premiados na 17.ª extracção da lotaria de 1910-1911.

Juizo de direito da comarca de Lousada, editos para citação de refractarios.

Juizo de direito da comarca de Leiria, editos para expropriações de terrenos.

Juizo de direito da comarca de Mafra, idem.

Juizo de direito da comarca de Torres Vedras, idem.

Gremios, aviso para exame de collectas.

Regimento de infantaria n.º 8, annuncio para arrematação de generos para rancho.

Exploração das matas nacionaes, annuncio para arrendamento da pastagem e bolota da Mata das Virtudes.

Caminhos de Ferro do Estado, annuncio para venda de sucata. Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico. Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra. Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 437 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 24 de outubro.

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Alem dos dias feriados designados pelo decreto, com força de lei, de 12 do corrente, somente serão dias de descanso para os tribunaes, repartições do Estado, e das corporações locais, escolas e bolsas, os domingos, geralmente consagrados ao descanso hebdomadario. § unico. Os dias até agora considerados santificados serão dias uteis e de trabalho para todos os efeitos.

Art. 2.º Nas escolas e nos tribunaes de qualquer categoria e dependentes de qualquer dos Ministerios, á excepção do das Colonias, onde se observará a legislação especial, haverá ferias desde 24 de dezembro a 1 de janeiro inclusive, na segunda e terça feira de Carnaval, desde domingo de Ramos a segunda feira de Paschoa inclusive, e desde 16 de agosto a 30 de setembro inclusive. § 1.º Estas disposições não alteram o que na legislação anterior se achava estabelecido acerca de actos que podem ou devam praticar-se em dias feriados ou nos domingos.

§ 2.º Nos tribunaes criminaes de 1.ª instancia realizar-se-hão, mesmo em ferias, os julgamentos dos reus que estiverem presos, e nos juizos de investigação criminal não haverá ferias, e até nos feriados e domingos poderão praticar-se quaesquer actos destinados á protecção ou respeito pela liberdade individual, ou impostos por qualquer necessidade urgente.

Art. 3.º Este decreto entrará immediatamente em vigor.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir e correr.

Dado nos Paços do Governo Provisorio da Republica, aos 26 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Politica e Civil

1.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Outubro 25

Amandio dos Santos Ferreira, chefe de saude da corporação dos bombeiros voluntarios Herold e secretario da comissão local do Barreiro da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha — autorizado a acceitar e usar a medalha de prata da Cruz Vermelha de Espanha.

Ministerio do Interior, em 26 de outubro de 1910. — O Director Geral, *José Barbosa*.

2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Outubro 5

Nomeados governadores civis dos districtos abaixo designados os seguintes cidadãos:

Aveiro — Albano Coutinho.
Braga — Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro.
Beja — Antonio Aresta Branco.
Castello Branco — Augusto Baeta das Neves Barreto.
Coimbra — Francisco José Fernandes Costa.
Evora — Estevam da Cunha Pimentel.
Faro — Zacarias José Guerreiro.
Funchal — Manuel Augusto Martins.
Guarda — Arnaldo Bigotte Carvalho.

Leiria — José Eduardo Raposo de Magalhães.
Lisboa — Francisco Eusebio Lourenço Leão.
Portalegre — José Antonio de Andrade Sequeira.
Porto — Paulo José Falcão.
Santarem — Ramiro Guedes.
Vianna do Castello — Belchior de Figueiredo.
Villa Real — Adelino Gonçalves da Silva Samardã.
Viseu — Ricardo Paes Gomes.
Angra do Heroismo — Henrique Ferreira de Oliveira Brás.
Horta — José Machado de Serpa.
Ponta Delgada — Francisco Luis Tavares.
Bragança — João José de Freitas.

Outubro 8

Nomeando os seguintes cidadãos para os cargos de governadores civis substitutos dos seguintes districtos:

Vianna do Castello — Antonio Ferreira Soares.
Braga — Manuel Justino Pereira da Cruz.
Coimbra — Eduardo da Silva Vieira.
Guarda — Manuel de Almeida Ferreira Manso.
Castello Branco — José Barros Nunes de Lima Nobre.
Santarem — Francisco Nunes Godinho e Mello.
Horta — Antonio de Simas Machado Mello.

Outubro 26

Bragança — Domingos de Frias Sampaio Mello.

Secretaria do Ministerio do Interior, aos 26 de outubro de 1910. — O Director Geral, *José Barbosa*.

Attendendo ao que ao Governo Provisorio da Republica representou a comissão municipal do concelho de Setubal e á informação que, sobre o assunto, deu o governador civil de Lisboa: hei por bem autorizar a referida comissão a levantar do seu fundo de viação a quantia de 3:000\$000 réis, que se acha na Caixa Geral de Depósitos, ou o que realmente nesta existir depositado, para occorrer ás despesas de urgencia immediata, vistas as condições precarias em que se encontra, em resultado do incendio que, por completo, destruiu o edificio onde se achavam installadas as diversas repartições do municipio.

Paços do Governo da Republica, em 26 de outubro de 1910. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral da Instrução Primaria

3.ª Repartição

Por despacho de hontem:

José Lopes Coelho, professor da escola de Oliveira de Azemeis — concedidos 90 dias de licença por motivo de doença, findos os quaes deverá ser submettido a nova junta dos termos regulamentares.

Maria da Conceição de Moraes Gouveia, professora da escola central do sexo feminino de Chaves — concedidos 20 dias de licença sob parecer da junta medica, contados desde 19 do corrente mês.

Direcção Geral da Instrução Primaria, em 26 de outubro de 1910. — O Director Geral, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

1.ª Repartição

Considerando que já foi decretado o regime de cursos livres na Universidade de Coimbra;

Considerando que ha estreita analogia entre os cursos professados nas Faculdades de Philosophia e Mathematica e os da Escola Polytechnica de Lisboa;

Considerando que o corpo docente e os alumnos da Escola Polytechnica desejam os cursos livres;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os cursos professados na Escola Polytechnica de Lisboa são livres.

Art. 2.º Os exames naquella escola deverão versar sobre todas as materias professadas, durante o anno, nas respectivas cadeiras.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 25 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

Considerando que a Academia de Sciencias de Portugal, fundada em 16 de abril de 1907 e inaugurada solemnemente nos Paços do Concelho de Lisboa, em 22 de abril de 1908, tem procurado, por todos os meios ao seu alcance, servir a Sciencia, hei por bem approvar os estatutos por que se rege a mesma corporação e cujo teor é o seguinte:

Artigo 1.º É instituída em Lisboa uma corporação de caracter permanente, denominada Academia de Sciencias de Portugal, e que tem por fim o progresso e a integração philosophica dos principaes ramos do saber humano.

Art. 2.º A Academia realiza esse fim:

- 1.º Publicando os seus trabalhos;
- 2.º Conferindo premios;
- 3.º Promovendo conferencias e missões.

Art. 3.º A Academia compõe-se de duas classes, dobrando-se cada uma d'estas em tres secções. A 1.ª classe, que se occupa das sciencias fundadas no criterio mathe-seologico, tem as secções de phronomia, cosmologia e biologia. A 2.ª classe, que trata das sciencias subordinadas ao criterio sociologico, abrange as secções de sociologia, moral e diacosmologia.

Art. 4.º Cada secção compõe-se de um numero limitado de vogaes e de um numero illimitado de correspondentes nacionaes e estrangeiros, sendo todos escolhidos entre autores de relevante merito intellectual.

§ 1.º Os vogaes designam-se effectivos ou aggregados, conforme residem em Lisboa ou nas provincias.

§ 2.º Os correspondentes não teem voto deliberativo nem são elegiveis para os cargos academicos.

Art. 5.º Compete á Academia:

- 1.º Occupar-se de quaesquer estudos que interessem ao objecto de ambas as classes;
- 2.º Adjudicar os premios;
- 3.º Eleger o thesoureiro, a commissão de contas, os vogaes e os correspondentes;
- 4.º Elaborar o regulamento geral e o orçamento annual de receita e despesa;
- 5.º Autorizar as despesas extraordinarias.

Art. 6.º Compete á classe mathe-seologica produzir trabalhos que conduzam ao estabelecimento da ordem physica e da ordem organica.

Art. 7.º Compete á classe sociologica produzir trabalhos que visem ao estabelecimento da ordem moral ou humana.

Art. 8.º Compete a cada secção redigir o parecer acêrcá das candidaturas e dos assuntos especiaes que lhe forem submettidos.

Art. 9.º Cada classe e cada secção teem um presidente e um secretario, eleitos pelas respectivas collectividades.

Art. 10.º A mesa da Academia é formada por um dos presidentes e pelos secretarios das classes.

Art. 11.º A Academia é dirigida e administrada por um conselho, constituído pelas mesas das classes, pelos presidentes das secções e pelo thesoureiro.

§ unico. O conselho resolverá em unica instancia todas as pendencias que se possam suscitar entre quaesquer membros da Academia.

Art. 12.º Realizar-se-ha annualmente uma sessão solemne para a leitura do relatorio, entrega de premios e elogio (encorporação social) dos vogaes e correspondentes fallecidos.

Art. 13.º Todos os vogaes e correspondentes nacionaes satisfarão uma quota para os encargos da Academia.

Art. 14.º Os casos omissos e os detalhes de organização serão objecto do regulamento geral, que valerá tanto como os presentes estatutos.

Art. 15.º São declarados fundadores da Academia os seguintes vogaes, que foram admittidos até 31 de março de 1908: Dr. Theophilo Braga, lente do Curso Superior de Letras e publicista; Antonio Cabreira, mathematico e publicista; Antonio Ferrão, publicista; Alfredo Schiappa Monteiro, lente da Escola Polytechnica, mathematico e general de divisão; Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna, philologo; João da Camara, publicista; Antonio Augusto da Costa Mota, escultor; Agostinho Fortes, publicista; Emilio Augusto Vecchi, professor do Conservatorio de Lisboa e publicista; Dr. Xavier da Cunha, director da Biblioteca Nacional de Lisboa e publicista; Dr. Antonio Aurelio da Costa Ferreira, professor dos lyceus nacionaes e anthropologista; Thomás Cabreira, lente da Escola Polytechnica, chimico e capitão de infantaria; Dr. Alfredo da Cunha, publicista; Dr. Sebastião de Magalhães Lima, publicista; Gabriel Pereira, inspector das bibliotecas e arquivos nacionaes e publicista; José Velloso Salgado, pintor; Dr. Trindade Coelho, magistrado e publicista; Anselmo de Andrade, director do Instituto de Agronomia e economista; Augusto Machado, professor do Conservatorio de Lisboa e compositor musical; Ernesto de Vasconcellos, cartographo e capitão de fragata; Hermenegildo Capello, publicista e vice-almirante; Adões Bermudes, architecto; Francisco Luis Pereira e Sousa, geologo e capitão de engenharia; Joaquim de Azevedo Albuquerque, lente da Academia Polytechnica do Porto e mathematico; Dr. Antonio dos Santos Lucas, lente da Escola Polytechnica, mathematico e capitão de engenharia; Dr. José Pedro Teixeira, lente da Academia Polytechnica do Porto e mathematico; Dr. Julio de Bettencourt Ferreira, medico e zoologo; Dr. Julio Henriques, lente da Universidade de Coimbra e botanico; Ventura Terra, architecto; Dr. Antonio José de Almeida, medico e publicista; Dr. Bernardino Machado, antigo lente da Universidade de Coimbra e publicista; Jacinto Pedro Gomes, mineralogista; Dr. Sousa Viterbo, publicista; Dr. Luis da Costa e Almeida, lente da Universidade de Coimbra e mathematico; Abel Botelho, publicista e coronel de estado maior; José Verissimo de Almeida, lente do Instituto de

Agronomia e botanico; Dr. Anibal de Bettencourt, director do Instituto Bacteriologico e bacteriologista; José Cipriano da Costa Goodolfin, publicista; Dr. Antonio Joaquim Ferreira da Silva, lente da Academia Polytechnica do Porto e chimico; José Pereira de Sampaio (Bruno), publicista; João Sabino de Sousa, lente do Instituto de Agronomia e publicista; Dr. José Soares da Cunha e Costa, publicista e advogado; Dr. Baltasar Osorio, lente da Escola Polytechnica e zoologo; Manuel Soares de Mello e Simas, astronomico e capitão de artilharia; Antonio José de Mello (conde de Sabugosa), publicista; Dr. Sebastião Cabral Costa Saccadura, medico e higienista; Dr. Antonio Augusto da Rocha Peixoto, archeologo e director da Biblioteca Municipal do Porto; e Dr. José de Castro, publicista e advogado.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 26 de outubro de 1910.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

3.ª Repartição

Carlos Simões Dias de Figueiredo, secretario da Escola de Bellas Artes de Lisboa, pagou na recebedoria da Receita Eventual de Lisboa a quantia de 5\$414 réis de emolumentos e addicionaes, verba n.º 2:726, pela licença de quarenta e cinco dias, concedida por despacho de 30 de julho ultimo, *Diario do Governo* n.º 169, de 3 de agosto.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, 26 de outubro de 1910.—O Director Geral, *João de Menezes*.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o actual terceiro districto criminal do Porto, ficando os respectivos escrivães e officiaes de diligencias a funcionar no tribunal de investigação criminal criado pelo decreto com força de lei de 14 do corrente.

Art. 2.º Ao primeiro districto criminal do Porto são annexadas as freguesias do concelho da Maia, e bem assim as de S. Nicolau, Massarelos e Miragaia, do 2.º bairro da cidade do Porto; e ao segundo districto criminal são annexadas as freguesias do concelho de Matozinhos e as de Cedofeita, Ramalde, Foz do Douro, Lordello do Ouro, Nevogilde e Aldoar do mesmo 2.º bairro da cidade do Porto.

Art. 3.º Os delegados das varas civeis funcionarão, provisoriamente, nos districtos criminaes e nos juizos de investigação, pela maneira seguinte:

O da 1.ª vara no 1.º districto criminal;

O da 2.ª vara no 2.º districto, e os da 3.ª e 4.ª varas no juizo de investigação, mas cabendo áquelle o territorio abrangido pelo 1.º districto, e a este o abrangido pelo 2.º

Art. 4.º Nos juizos de investigação criminal de Lisboa e Porto os processos instaurados em cada dia serão todos averbados a um escrivão, e assim successivamente nos dias seguintes a cada um dos outros escrivães.

Art. 5.º Os processos pendentes serão immediatamente remettidos aos tribunales que para elles ficam competentes por força do presente decreto.

Art. 6.º Deixa de ter applicação na comarca do Porto o artigo 5.º do decreto com força de lei de 14 do corrente.

Art. 7.º Este decreto entra immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 26 de outubro de 1910.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Affonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Antonio Luis Gomes*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1.º É extinto o Tribunal de Verificação de Poderes e são revogadas todas as disposições legislativas que determinaram a sua organização e competencia.

§ unico. Pelo Ministerio da Justiça será ordenada uma syndicancia ao tribunal extinto, subindo o resultado d'essa syndicancia ao Conselho de Ministros para tomar as providencias que julgar convenientes ao bem do Estado.

Art. 2.º Este decreto entra immediatamente em vigor, e será submettido á Assembleia Constituinte.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto, com força de lei, pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços da Republica, aos 26 de outubro de 1910.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Affonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Antonio Luis Gomes*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas data seguinte

Outubro 26

Portaria encarregando o juiz de direito da comarca da Povoas de Varzim de impor sellos nos edificios deshabitados das extinctas associações religiosas da sua comarca, bem como no respectivo mobiliario, procedendo ao seu arrolamento.

Portaria encarregando o juiz de direito da comarca de Ponta Delgada de proceder, na sua comarca, a serviços analogos aos indicados na portaria anterior.

Bacharel José Correia Nunes—nomeado juiz substituto da comarca de Villa Franca de Xira.

José Trindade Fidalgo Reis e Sousa, ajudante do contador da comarca de Almada—exonerado.

Manuel da Cruz Gregorio, escrivão do juizo de paz do districto de Febres, comarca de Cantanhede—exonerado.

Antonio Augusto da Costa Rodrigues, ajudante do conservador na comarca de Almada, e solicitador na mesma comarca—exonerado a seu pedido.

Direcção Geral de Justiça, em 26 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Publica

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Maria Emilia da Silva Pereira, residente na freguesia de Ramalde, da cidade do Porto, o pagamento dos vencimentos que ficaram em vida a seu filho João José da Silva, como fiscal de 2.ª classe, que foi, do corpo da fiscalização dos impostos, a fim de que qualquer pessoa que tambem se julgue com direito á percepção dos ditos vencimentos, ou de parte d'elles, requiera pela 2.ª Repartição d'esta Direcção, dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 25 de outubro de 1910.—O Conselheiro Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionaes

Repartição Central

Annuncia-se que, por ordem superior, se mandou retirar da praça, que devia effectuar-se no dia 28 do mês de outubro do corrente anno, os foros pertencentes aos suprimidos conventos da Conceição de Beja, Bom Jesus de Vianna do Alemejo e Assunção do Castello de Moura, annunciados na lista n.º 4:146, verbas n.ºs 1 a 16.

Secção Central da Repartição Central, em 24 de outubro de 1910.—Pelo Chefe, *Francisco Ribeiro Tavares*.

Direcção Geral das Contribuições Directas

1.ª Repartição

Despacho effectuado na presente data

José Francisco Pereira, primeiro aspirante da Repartição de Fazenda do districto de Viseu—licença de trinta dias nos termos do decreto n.º 4 de 24 de dezembro de 1901, devendo satisfazer o respectivo emolumento.

Direcção Geral das Contribuições Directas, 26 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Julio Maria Baptista*.

MINISTERIO DA GUERRA

Direcção Geral

1.ª Repartição

2.ª Secção

Declara-se que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Guerra, de 24 do corrente mês, foi mandado admittir no Collegio Militar, na vaga existente na classe de alumnos porcionistas a que se refere o decreto de 17 de agosto de 1904, o candidato a alumno do mesmo collegio, Manuel Duarte de Brito Laranja, filho de José Duarte Monteiro Laranja.

Ministerio da Guerra, 26 de outubro de 1910.—O Chefe da 1.ª Repartição, *Abel Accacio de Almeida Botelho*, coronel.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

Por decretos de 14 do corrente mês:

Primeiro tenente Joaquim Vieira Botelho da Costa Junior—mandado passar á situação de commissão no ultramar, nos termos do n.º 2.º do artigo 13.º do decreto de 14 de agosto de 1892, por ter sido nomeado para o cargo de capitão dos portos da provincia da Guiné. (Visto do Tribunal de Contas, de 21 de outubro de 1910).

Segundo tenente Antonio de Andrade Pissarra e Gouveia—promovido a primeiro tenente. (Visto do Tribunal de Contas, de 21 de outubro de 1910).

Segundo tenente Hugo Stauffenger Bivar de Sousa — mandado passar á situação de commissão no ultramar, nos termos do n.º 4.º do artigo 13.º do decreto de 14 de agosto de 1892, por ter sido nomeado para proceder a estudos geo-hydrographicos no districto de Tete. (Visto do Tribunal de Contas, de 21 de outubro de 1910).

Majoria General da Armada, 26 de outubro de 1910. — O Major General da Armada, José Cesario da Silva, vice-almirante.

Direcção Geral da Marinha

1.ª Repartição

1.ª Secção

Por ter saído com inexactidões no *Diario do Governo* n.º 18, de 26 do corrente, novamente se publica o seguinte diploma:

Desejando o Governo Provisorio da Republica Portuguesa satisfazer as legitimas aspirações da armada republicana, que sempre foram, justo é dizê-lo, as da alma nacional, e tendo chegado ao seu conhecimento que existem elaborados em épocas recentes varios projectos relativos á reorganização dos diversos serviços da armada, e que attestam o muito patriotismo que sempre animou tão prestimosa corporação: ha por bem o mesmo Governo nomear a commissão abaixo designada, a quem incumbe o dar uniformidade a todos esses projectos, modificando-os, supprindo quaesquer deficiencias, e seguindo a orientação que as circumstancias actuaes aconselham e que será opportunamente confiada á mesma commissão.

A bem dos interesses publicos, o Governo Provisorio espera que a mesma commissão se desempenhe do seu mandato com a brevidade compativel com tão arduo cargo.

Commissão de reorganização da armada

Presidente — Vice-almirante reformado Domingos Tasso de Figueiredo.

Vogaes:

Dr. João de Menezes, director geral de instrucção secundaria, superior e especial.

Capitães de mar e guerra:

Eduardo João da Costa Oliveira.
Julio Zeferino Schultz Xavier.
Julio Alves de Sousa Vaz.
Antonio de Almeida Lima.

Capitão de fragata, Alberto Antonio da Silveira Moreno.

Capitães tenentes:

Antonio Ernesto da Fonseca Rodrigues.
Artur José dos Reis.
Manuel Eduardo Correia.
José de Abreu Barbosa Bacellar.
Alfredo Rodrigues Gaspar.

Primeiros tenentes:

Victor Hngo de Azevedo Coutinho.
Bento Xavier Vieira da Silva.
Fernando Augusto Pereira da Silva.
Manuel dos Santos Fradique.
Artur Ernesto da Silva Pimenta de Miranda.
Arnaldo Coelho de Magalhães.

Segundos tenentes:

Alvaro Augusto Nunes Ribeiro.
Armando Humberto da Gama Ochôa.
Jaime Anahory Athias.
Eduardo Candido Lopes Villarinho.
Raul Mario da Serra Guedes.
Philemon da Silveira Duarte Almeida.
João Augusto Capello.

Engenheiro naval sub-chefe, José Gonçalo Vaz de Carvalho.

Engenheiro naval de 1.ª classe, Antonio Jervis de Athouguia.

Medico naval sub-chefe, João de Matos e Silva.

Medicos navaes de 1.ª classe:

Sebastião Peres Rodrigues.
José Antonio de Magalhães.
Alexandre José Botelho de Vasconcellos e Sá.

Machinistas navaes de 1.ª classe:

Carlos Figueiredo de Miranda.
Henrique de Oliveira Guimarães.

Machinistas navaes de 2.ª classe:

Alfredo Thomás dos Santos.
Antonio Joaquim de Lima e Santos.

Chefe da 6.ª Repartição de Contabilidade Publica, Jaime Cesar Farinha.

Commissarios navaes de 1.ª classe:

Manuel Antonio de Novaes.
Francisco Carlos Pedroso.

Commissario naval de 2.ª classe, José da Cunha Santos.

Commissario naval de 3.ª classe, João Maldonado Villa Lobos Vieira.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 25 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — Antonio Xavier Correia Barreto — José Relvas — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luis Gomes.

2.ª Repartição

Manda o Governo Provisorio da Republica, pelo Ministro da Marinha e Colonias, que se considere finda a missão de que o primeiro tenente da armada Carlos Cesar Freitas da Silva fôra encarregado por portaria de 5 de outubro de 1909, de fiscalizar o contrato de navegação celebrado em 30 de novembro de 1893 com a firma Bensaude & C.ª e de coadjuvar o capitão do porto do Funchal no inquerito sobre pesca no archipelago da Madeira. Paços do Governo da Republica, em 26 de outubro de 1910. — *Amaro de Azevedo Gomes*.

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por portarias d'esta data:

Primeiro tenente da armada Filomeno da Camara Mello Cabral — exonerado do cargo de capitão do porto de Vianna do Castello, por ter sido nomeado, por decreto de 12 do corrente, governador da provincia de Timor.

Primeiro tenente da armada Carlos Frederico Braga — exonerado do cargo de adjunto do Departamento Marítimo do Norte, visto contar mais de seis annos nessa situação.

Primeiro tenente da armada Antonio Augusto de Lemos Peixoto — nomeado adjunto do Departamento Marítimo do Norte.

Segundo tenente do quadro de auxiliares de serviço naval Manuel Esteves Valles — exonerado do cargo de patrão-mor do porto de Leixões, por ter sido julgado incapaz de todo o serviço em sessão da Junta de Saude Naval de 21 do corrente.

Guarda marinha do quadro de auxiliares de serviço naval Clemente Gonçalves de Azevedo — transferido de delegado marítimo em Esposende para patrão-mor do porto de Leixões.

Guarda marinha do quadro de auxiliares de serviço naval Guilherme Augusto Pereira — nomeado para o cargo de delegado marítimo em Esposende.

Direcção Geral de Marinha, em 26 de outubro de 1910. — O Director Geral, *Domingos Tasso de Figueiredo*, vice-almirante.

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Decretos effectuados nas seguintes datas

Outubro 21

Mariano Joaquim da Piedade Gracias — exonerado, a seu pedido, do logar de secretario do Tribunal da Relação de Nova Goa.

Outubro 22

Bacharel Manuel José Mendes Arnaut — transferido, com annuencio sua, de juiz de direito da comarca de Benguella para igual logar, que se acha vago, na comarca de Salsete, do Estado da India.

Direcção Geral das Colonias, aos 25 de outubro de 1910. — O Director Geral, *J. A. Teixeira Guimarães*.

2.ª Repartição

3.ª Secção

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

É autorizada a Companhia de Moçambique a isentar do pagamento do imposto de pilotagem e demais despesas de porto os navios de guerra estrangeiros que entrem nos portos dos territorios de Manica e Sofala sob a administração da mesma companhia.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica aos 24 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — Antonio Xavier Correia Barreto — José Relvas — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luis Gomes.

Inspeção Geral de Fazenda das Colonias

Attendendo ao que requereu Caetano José Ferrão, primeiro aspirante da Repartição Superior de Fazenda do Estado da India;

Considerando que o requerente foi julgado incapaz de todo o serviço por soffrer de molestia grave e incuravel e conta mais de vinte e cinco annos de serviço effectivo;

Considerando que o respectivo processo está instruido com os documentos logaes:

Hei por bem, nos termos do artigo 25.º do decreto de 20 de setembro de 1906, aposentar o mencionado Caetano José Ferrão no logar de primeiro aspirante da Repartição Superior de Fazenda do Estado da India, com a pensão annual de 180\$000 réis, correspondente á totalidade do seu vencimento.

Paços do Governo da Republica, aos 25 de outubro de 1910. — O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica e com fundamento no ar-

tigo 35.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte: é aberto no Ministerio das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Publica, a favor do Ministerio da Marinha e Colonias (Direcção Geral da Marinha), um credito extraordinario de 10:350\$967 réis a inscrever na tabella da despesa extraordinaria d'este Ministerio, em vigor no corrente anno economico, com applicação ás despesas consequentes dos naufragios das canhoneiras *Liberal* e *Tejo*, respectivamente occasionados em 22 de junho e 25 de agosto do corrente anno.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 25 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luis Gomes.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica e com fundamento da alinea g) do artigo 34.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte: é aberto no Ministerio das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Publica, a favor do Ministerio da Marinha e Colonias (Direcção Geral da Marinha, um credito especial de 26:134\$712 réis, para, respectivamente, reforçar com as quantias de 12:786\$515 réis e 13:348\$197 réis, as secções 1.ª e 2.ª do capitulo 5.º do artigo 21.º da tabella da despesa ordinaria da marinha do anno de 1909-1910, mandada vigorar provisoriamente na gerencia de 1910-1911, por portaria de 28 de junho de 1910, importancia que, nos termos do artigo 18.º da citada carta de lei, deu entrada nos meses de julho e agosto do corrente anno no Banco de Portugal, pelas guias n.º 14, 23, 34, 25 e 26, recibos do mesmo Banco n.ºs 1:806, 2:544, 2:591, 2:509 e 2:611, proveniente de receitas obtidas pelo Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional com a cendencia a diversos de artigos manufacturados nestas fabricas e que se torna indispensavel para a compra de outro material.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 25 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Antonio Luis Gomes.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Por alvará de 27 de março de 1909 foram approvados os estatutos que seguem:

Estatutos da Associação de Classe dos Negociantes de Ovos, de Lisboa

CAPITULO I

Título, organização e fins

Artigo 1.º É constituída em Lisboa, onde terá a sua sede, uma associação de classe dos negociantes de ovos de Lisboa, com residencia nesta cidade.

Art. 2.º Esta associação tem por fins:

1.º O estudo e defesa dos interesses economicos communs entre os seus associados.

2.º Promover por todos os meios ao seu alcance a illustração literaria e profissional entre os seus associados.

3.º Promover entre os seus associados, nos termos da legislação vigente, a organização de associação de soccorros mutuos, de caixa economica ou sociedade cooperativa, como consta no n.º 5.º do artigo 4.º do decreto de 9 de maio de 1891.

Art. 3.º A autoridade governativa da associação reside na assembleia geral, que delega numa direcção.

CAPITULO II

Admissão de socios

Art. 4.º Para ser admittido socio nesta associação é preciso:

1.º Ter bom comportamento moral e civil.

2.º Não ter menos de dezaseis annos de idade.

3.º Não ter menos de seis meses de negociante.

4.º Ser proposto por um socio em pleno gozo das suas garantias, que apresentará proposta declarando nome, morada, idade e naturalidade.

§ unico. Sendo mulher casada terá de apresentar autorização do marido.

Art. 5.º A admissão dos socios é feita pela direcção, com recurso para a assembleia geral, no caso de rejeição.

CAPITULO III

Garantias dos socios

Art. 6.º A todos os socios é garantido:

1.º Serem dispensados do pagamento de quotas, quando vão para o serviço militar; mas somente o tempo em que estiverem nesse serviço, e não fazendo negocio de ovos.

2.º Serem considerados socios quando ausentes da capital, não faltando ao pagamento de suas quotas.

3.º Tomarem parte em todos os trabalhos da assembleia geral, propondo e discutindo o que fur de interesse da classe, mas quando estejam ao abrigo do n.º 1.º do artigo 7.º

4.º Votar e ser votado para os diversos cargos da associação.

5.º Requerer a convocação da assembleia geral, em requerimento assinado por dez socios em pleno gozo das suas garantias, e no qual será exposto o fim da convocação obrigando-se a comparecer a maioria dos signatarios.

6.º As vantagens que esta associação possa conseguir, consequentes do artigo 2.º

CAPITULO IV Deveres dos socios

Art. 7.º Todo o socio tem por dever:

1.º Pagar a quota mensal de 300 réis, sempre até o fim do respectivo mês.

2.º Pagar 200 réis pelo seu exemplar de estatutos.

3.º Servir gratuitamente os cargos para que for eleito ou nomeado.

4.º Comparecer ás reuniões dos corpos gerentes ou comissões de que façam parte.

5.º Adoptar todas as deliberações da assembleia geral, fazer quanto possa para o desenvolvimento da classe, situação dos associados, e cumprir o que estes estatutos mencionam e mais regulamentos especiaes approvados em assembleia geral.

CAPITULO V Exclusão dos socios

Art. 8.º São excluidos de socios, perdendo aquillo com que tenham contribuido:

1.º Os que se atrasarem em tres meses de quotas e sendo avisados não satisfaçam no todo ou em parte, no prazo de quinze dias depois da data do aviso.

2.º Os que não paguem o exemplar de estatutos quinze dias depois de avisados, decorrido que seja um mês de admitido.

3.º Os que extraviarem objectos ou valores da associação, ficando contudo sujeitos ás leis penaes.

4.º Os que promoverem desordem ou escandalo na sede da associação, ou propalarem boatos diffamadores em desabono de alguns dos seus membros, não provando a veracidade da calunnia.

§ unico. A exclusão de que tratam os n.ºs 1.º e 2.º pertence á direcção e a dos n.ºs 3.º e 4.º pertence á assembleia geral, que poderá nomear um jury para apreciar os factos arguidos.

CAPITULO VI Assembleia geral

Art. 9.º A assembleia geral é a reunião dos socios no pleno gozo de suas garantias, e será convocada pelo presidente ou por quem as suas vezes faça, por meio de annuncios publicados em dois jornaes da capital com tres dias de antecedencia, ou por avisos directos.

§ unico. Na primeira convocação a assembleia geral julgar-se-ha legalmente constituída estando presentes vinte e um associados, e na segunda com qualquer numero.

Art. 10.º São attribuições da assembleia geral:

1.º Eleger a mesa, direcção ou quaesquer delegados.

2.º Nomear ou eleger quaesquer comissões que sejam necessarias.

3.º Manter pelos meios que julgar convenientes a inteira observancia d'estes estatutos, e o bom andamento da associação.

4.º Resolver todas as questões que não sejam da attribuição dos corpos sociaes, ou sobre que tenha recebido appellação.

5.º Tomar conta de todos os seus actos a qualquer dos corpos sociaes, comissões ou delegados.

6.º Resolver todos os casos não previstos nestes estatutos.

Art. 11.º As resoluções tomadas na assembleia geral obrigam todos os socios, não podendo por isso qualquer d'elles eximir-se ao seu inteiro cumprimento.

§ unico. Das deliberações da assembleia geral se lavrará acta no respectivo livro, e depois de approvada será assinada pelo presidente e secretarios da mesa.

Art. 12.º A assembleia geral terá reuniões ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º As reuniões ordinarias effectuar-se-hão até 10 de fevereiro de cada anno, para apresentação do relatorio e contas da direcção, e quinze dias depois para discussão e votação do referido relatorio e contas, parecer da comissão revisora e eleição dos corpos sociaes.

§ 2.º As reuniões extraordinarias terão logar:

1.º Quando o presidente da mesa o julgar conveniente.

2.º Quando a direcção o requerer.

3.º Quando dez socios o requerirem por escrito nos termos do n.º 5.º do artigo 6.º

Art. 13.º São attribuições do presidente:

1.º Convocar a assembleia.

2.º Dirigir os trabalhos com toda a regularidade e em harmonia com o respectivo regulamento.

3.º Assinar as actas das sessões a que presidir, e os termos de posse, e rubricar todos os livros da associação.

§ unico. Se o presidente não convocar a assembleia geral, decorridos que sejam cinco dias, os requerentes farão a convocação, sendo validas as deliberações que se tomarem na assembleia por elles constituída, uma vez que não alterem nem contrariem os estatutos e os regulamentos sociaes.

Art. 14.º É da competencia dos secretarios:

1.º Redigir e assinar as actas no respectivo livro.

2.º Fazer toño o expediente da mesa e lavrar os termos de posse.

CAPITULO VII Direcção

Art. 15.º A direcção é composta de um presidente, um secretario, um thesoureiro e dois vogaes-eleitos annualmente.

Art. 16.º São attribuições da direcção:

1.º Admittir ou rejeitar os candidatos a socios.

2.º Gerir a associação e arrecadar os seus fundos.

3.º Nomear os empregados que forem precisos.

4.º Fixar-lhes os ordenados, e despedi-los quando não cumpram os seus deveres.

5.º Alugar casa apropriada para sede da associação.

6.º Ter escriturados e documentados legalmente os livros d'esta associação, e bem assim velar pelos objectos que lhe pertençam.

7.º Cumprir estes estatutos, fazer cumpri-los, e bem assim os regulamentos geraes e as deliberações da assembleia geral.

8.º Reunir uma vez por mês, e todas as vezes que julgar conveniente para o bom andamento da associação.

9.º Apresentar á assembleia geral o relatorio e contas da sua gerencia, a fim de dar cumprimento ao § 1.º do artigo 12.º

10.º Promover o sustentar a dignidade da associação e os seus interesses em harmonia com estes estatutos.

Art. 17.º Ao presidente compete rubricar todas as contas e mais documentos, convocar as reuniões da direcção e fiscalizar toda a escrita.

Art. 18.º Ao secretario compete fazer todo o expediente correspondente á direcção.

Art. 19.º Ao thesoureiro compete:

1.º Ter a seu cargo os fundos da associação que receberá por meio de guias assinadas pelo secretario.

2.º Depositar num estabelecimento de credito, com a assinatura do presidente e do secretario, todo o dinheiro que exceda a verba que a direcção fixar.

3.º Pagar todas as despesas autorizadas por documentos assinados pelo secretario e visados pelo presidente.

4.º Ter em seu poder copia do inventario de toda a mobilia pertencente á associação.

5.º Conferir á caixa mensalmente com o secretario, a fim de ver se está lançada toda a receita e despesa, sendo depois approvadas as contas em reunião de direcção.

Art. 20.º A direcção é solidariamente responsavel pelos actos administrativos e pelos valores pertencentes á associação, salvo os que estiverem em poder do thesoureiro.

CAPITULO VIII Eleições

Art. 21.º As eleições para os corpos sociaes serão feitas por escrutinio secreto e da seguinte forma:

1.º Para a mesa da assembleia geral, uma lista com tres nomes designando presidente, 1.º e 2.º secretarios.

2.º Para a direcção, igual lista com cinco nomes designando presidente, secretario, thesoureiro e dois vogaes.

Art. 22.º Os exercicios de todos os cargos são obrigatorios por um anno, salvo impedimento legal, e a reeleição é permitida mas facultativo o acceptá-la.

§ unico. Os empregados da associação são inelegiveis.

Art. 23.º Para a eleição de qualquer cargo é necessario a maioria absoluta no primeiro escrutinio, e a relativa no segundo. Havendo empate decidirá a sorte.

CAPITULO IX Disposições geraes e transitorias

Art. 24.º Regulamentos especiaes approvados em assembleia geral desenvolverão estes estatutos com a maior clareza, sempre em harmonia com a lei.

Art. 25.º A direcção poderá fazer rateios para custear as despesas de delegados ou outras eventuaes, mas somente quando a receita ordinaria não salde a despesa total.

Art. 26.º É nulla toda a deliberação tomada sobre objecto estranho áquelle para que a assembleia for convocada.

São prohibidas as discussões e assuntos estranhos á associação, expressos nestes estatutos.

É prohibida a discussão sobre qualquer materia, mais do que tres vezes a cada associado.

Art. 27.º Estes estatutos poderão ser alterados:

1.º Quando a experiencia demonstrar que não satisfazem as aspirações d'esta associação.

2.º Quando dez associados no pleno gozo de suas garantias, requererem, especificando os artigos que desejam ser alterados, comparecendo a maioria dos signatarios.

§ unico. Em qualquer dos casos que tenha de effectuar-se alteração, esta dependerá sempre da approvação do Governo.

Art. 28.º A associação não poderá funcionar com menos de vinte e um associados.

§ unico. Dado o caso de dissolução, proceder-se-ha á liquidação, e, satisfeitos todos os compromissos, os remanescentes serão entregues ao Albergue dos Invalidos do Trabalho.

Art. 29.º Para galardoar os serviços relevantes que sejam prestados, a associação poderá conferir diplomas de socios honorarios.

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo de nomes

Aviso de pedidos

Para conhecimento dos interessados se faz publico que, na data abaixo indicada, foi pedido o registo do nome que segue:

Em 22 de setembro de 1910:

N.º 1:614. — Porto.

Mercearia Pacheco

Pedido por Miguel Moreira Pacheco, Limitada, com estabelecimento de mercearia na Praça de Almeida Garrett, n.ºs 51 e 52, no Porto.

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de seis meses para as reclamações de quem se julgar prejudicado com a concessão dos referidos registos.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 19 de outubro de 1910. — O Conselheiro Director Geral, E. Madeira Pinto.

Repartição do Trabalho Industrial

Sendo numerosos os desastres que se dão nas machinas de fabricar papel e de fabricar telhas e ladrilhos, em que muitos industriaes utilizam o trabalho de menores na execução de serviços que, embora leves, são perigosos e por isto mesmo são improprios de operarios com idade inferior a dezaseis annos, em que as faltas de attenção e cuidado são mais para recear: manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em harmonia com o § 2.º do artigo 17.º de decreto de 14 de abril de 1891, que fique prohibido empregar menores até á idade de dezaseis annos em servir as machinas continuas de fabricação do papel e as de moldar telhas ou ladrilhos, as calandras e machinas identicas, em circunstancias que possam dar logar a ser colhidos pelos cylindros ou peças d'essas machinas.

Paços da Republica, em 26 de outubro de 1910. — Antonio Luis Gomes.

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Recurso n.º 13:320, em que são recorrentes Wilson, Sons & Co., Limited, e recorrida a Fazenda Nacional. Relator, vogal effectivo, Dr. Thomás Pizarro de Mello Sampaio.

Wilson, Sons & Co., Limited, do Funchal, reclamaram para a junta das matrizes d'aquelle concelho, contra as avaliações de 1-120\$000 réis e 420\$000 réis (rendimento collectavel), feitas em execução e conformidade com o decreto de 21 de janeiro de 1909, e relativas ao armazem para carvão de pedra e arsenal para varadouro de barcos que aquella firma construiu e possui na Ajuda, freguesia de S. Martinho, do mesmo concelho;

Não juntaram documentos, nem informações officiaes; nem foi ouvida a comissão ou funcionario que procedeu á avaliação; mas, apesar d'isso, a junta attendeu a reclamação e reduziu as primitivas avaliações, respectivamente a 500\$000 réis e 200\$000 réis, como pediam os reclamantes;

O escrivão de fazenda requereu nova avaliação, á qual se procedeu, tudo em conformidade com os artigos 10.º e 11.º do citado decreto de 1908. Mas, contra o processo d'esta segunda avaliação, recorreu para o juiz de direito a firma reclamante, por entender que tinha sido transgredido o disposto no artigo 47.º do decreto de 10 de agosto de 1903 que diz o seguinte: — Não podem ser simultaneamente membros da mesma comissão (comissão avaliadora dos predios urbanos) o pai e o filho, os irmãos, os afins no mesmo grau, ou o tio e o sobrinho;

A recorrente allegava que na avaliação haviam tomado parte dois irmãos, os engenheiros Anibal Augusto Trigo e Adriano Augusto Trigo;

O juiz de direito, pela sua sentença de 20 de agosto de 1909, negou provimento ao recurso com o fundamento de que o engenheiro Anibal Trigo não fizera parte da comissão avaliadora, como se verificava pela acta da avaliação;

E d'essa sentença que vem o presente recurso, interposto pela mesma firma Wilson, Sons & Co., Limited.

A recorrente diz que, comquanto os dois irmãos não tivessem feito parte da comissão que procedeu á segunda avaliação, se tinha contudo dado o facto de pertencer a esta comissão o director das obras publicas, Adriano Trigo, irmão do engenheiro Anibal Trigo que fizera a primeira avaliação; e que assim, tendo tomado parte nas referidas avaliações, pessoas, entre as quaes havia a incompatibilidade estabelecida pelo artigo 47.º do decreto de 10 de agosto de 1903, se devia, por esse motivo, annullar a segunda avaliação;

Juntou a este recurso os seguintes documentos:

— 1.º certidão em que o escrivão de fazenda certifica que a primeira avaliação foi feita por Anibal Augusto Trigo e a segunda pela comissão formada nos termos do artigo 11.º do decreto de 21 de janeiro de 1909, sob a presidencia do director das obras publicas do districto, o engenheiro Adriano Augusto Trigo;

— 2.º certidão de baptismo de um filho do engenheiro Adriano Augusto Trigo;

— 3.º certidão de baptismo de um filho do engenheiro Anibal Augusto Trigo;

— 4.º declaração de um negociante do Funchal, que diz conhecer Adriano e Anibal Trigo e sabe que são irmãos;

— 5.º outra declaração de um pharmaceutico do Funchal, que tambem diz que conhece e sabe que são irmãos Adriano e Anibal Trigo;

— 6.º finalmente, o subestabelecimento de uma procuração.

Foi ouvido o Ministerio Publico, e, tudo visto: Considerando que as avaliações de que se trata foram duas — a primeira, feita unicamente por Anibal Augusto Trigo, nos termos do artigo 4.º, alinea b) do decreto de 21 de janeiro de 1909, — e a segunda, por uma comissão, organizada em conformidade com o artigo 11.º do mesmo decreto, e que era constituída pelo director das obras publicas, Adriano Augusto Trigo, presidente, pelo perito no-

meado pelo recorrente, Manuel Joaquim Teixeira Jardim, e pelo primeiro aspirante da repartição de fazenda, João Venancio de Alencastro Perry da Camara, em substituição do escrivão de fazenda, como tudo consta do processo;

Considerando que, ainda quando estivesse provado, (e não está, artigos 2:427.º, 2:433.º e 2:441.º e seguintes do Código Civil), que Anibal Augusto Trigo e Adriano Augusto Trigo são irmãos, nem assim se dava a incompatibilidade allegada pela recorrente, porque Anibal Augusto Trigo fez unicamente a primeira avaliação, que é independente da segunda, não interveio nesta, que foi feita por uma comissão de que elle não fez parte e onde não teve voto, e a incompatibilidade somente pode dar-se entre membros da mesma comissão, artigo 47.º do decreto de 10 de agosto de 1903:

Accordam os do Supremo Tribunal Administrativo em negar provimento ao recurso e confirmar a sentença recorrida, e condemnar a firma recorrente nos sellos e nas custas do processo.

Sala das Sessões do Tribunal, em 12 de outubro de 1910. — *Thomás Pizarro* — *Abel de Andrade* — *Manuel Paes*. — Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 20 de outubro de 1910. — O Secretario Geral, *Julio Cesar Cau da Costa*

Recurso n.º 13:362, em que são recorrentes Padre Antonio Gaspar Portela, prior de Vermoil, e José Maria Relvas, professor de instrução primaria em Pombal, e recorrida a Camara Municipal do concelho de Pombal. Relator o vogal effectivo, Dr. Thomás Pizarro de Mello Sampaio.

Mostra-se que o Padre Antonio Gaspar Portela, prior de Vermoil, concelho de Pombal, e José Maria Relvas, professor primario d'esta villa, reclamaram, em dezembro de 1908, perante o auditor administrativo de Leiria, contra as deliberações da Camara de Pombal de 10 de dezembro de 1906 e outras posteriores, relativas á apprehensão de sal e subsequente arrematação que a mesma Camara ordenou para cobrar o imposto camarario sobre aquella mercadoria;

O processo seguiu os tramites legais e foi proferida sentença na qual o auditor se julgou incompetente para conhecer da reclamação, absolveu da instancia a Camara reclamada, annullou todo o processo, excepto os documentos, e condemnou os reclamantes nas custas e no minimo da procuradoria;

O auditor fez uma apreciação minuciosa das deliberações reclamadas e comparou-as umas com as outras e com as disposições dos decretos n.º 2 de 27 de setembro de 1894 e 29 de dezembro de 1879, que estabeleceram preceitos que regulam o processo em caso de apprehensão de generos e mercadorias sujeitos a impostos, e a arrematação dos mesmos quando o seu perdimento se haja determinado; d'estes decretos se vê que a apprehensão é um acto preventivo da cobrança dos impostos, e a arrematação é uma forma de cobrança. A Camara, tomando deliberações sobre a apprehensão e arrematação e realizando-as, cobrou o imposto a que se julgava com direito; e, sobre a legalidade com que se procedeu a esses actos, somente tem competencia para julgar, o juiz de direito, quando para elle reclamem, como é expresso no artigo 324.º n.º 3.º do Código Administrativo, e se acha resolvido em muitos accordãos d'este tribunal, taes como, entre outros, os de 24 de outubro de 1900, 9 de janeiro de 1901 e 21 de novembro de 1903;

São estes os fundamentos da sentença do auditor, e d'elle interpõem o presente recurso os mesmos Padre Antonio Gaspar Portela e José Maria Relvas, sem contudo apresentarem quaesquer allegações ou documentos;

Foi ouvido o Ministerio Publico, que é de parecer que se negue provimento ao recurso; e, tudo visto:

Considerando que as deliberações reclamadas versam sobre a forma por que a Camara Municipal de Pombal entendeu dever cobrar o imposto municipal sobre o sal;

Considerando que a materia d'essa reclamação é da privativa competencia do juiz de direito, artigo 324.º n.º 3.º do Código Administrativo, que diz que compete ao juiz de direito julgar as reclamações ou recursos sobre lançamento, repartição e cobrança dos impostos municipaes;

Considerando que é esta a jurisprudencia seguida por este tribunal, como se vê de numerosos accordãos sobre o mesmo assunto;

Considerando que, nos termos expostos, são procedentes os fundamentos da sentença recorrida:

Accordam os do Supremo Tribunal Administrativo em negar provimento ao recurso e confirmam a mesma sentença.

Sellos e custas pelos recorrentes. Sala das sessões do Tribunal, em 12 de outubro de 1910. — *T. Pizarro* — *A. Andrade* — *M. Paes*. — Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 20 de outubro de 1910. — O Secretario Geral, *Julio Cesar Cau da Costa*.

TRIBUNAL DE CONTAS Direcção Geral 2.ª Repartição

Em conformidade do artigo 71.º do regimento d'este tribunal se publicam, por extracto, os accordãos seguintes:

Elias Homem de Gouveia, na qualidade de recebedor do concelho de Porto Moniz, desde 1 de julho de 1899

até 30 de junho de 1905, foi julgado quite por accordão de 18 de outubro de 1910, sendo a importancia do debito 60:200\$677 réis e a do credito igual quantia, compreendendo o saldo de 6:982\$451 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 1:106\$758 réis; de corpos administrativos e Junta Geral, 649\$447 réis; valores sellados, 4:861\$971 réis; dinheiro, 364\$275 réis.

Augusto Cesar Dias de Lima, na qualidade de recebedor do concelho de Miranda do Douro, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1906, foi julgado quite por accordão de 18 de outubro de 1910, sendo a importancia do debito 332:260\$714 réis e a do credito igual quantia, compreendendo o saldo de 20:902\$580 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 10:914\$419 réis; de corpos administrativos, 160\$562 réis; da camara municipal, 4:526\$481; valores sellados, 2:666\$256 réis; dinheiro do Thesouro, 2:632\$112 réis; da camara municipal, 2\$750 réis.

Alfredo de Mello Vaz Pinto, na qualidade de recebedor do concelho de Arouca, desde 1 de julho de 1899 até 30 de junho de 1904, foi julgado quite por accordão de 18 de outubro de 1910, sendo a importancia do debito réis 366:884\$210, e a do credito igual quantia, compreendendo o saldo de 39:584\$024 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 10:775\$576 réis; de corpos administrativos, 3:284\$414 réis; de conventos suprimidos, réis 19:402\$267; valores sellados, 5:416\$572 réis; dinheiro do Thesouro, 705\$195 réis.

Luis José Maltez, na qualidade de recebedor do concelho de Mourão, desde 1 de julho de 1908 até 31 de dezembro de 1908, foi julgado quite por accordão de 18 de outubro de 1910, sendo a importancia do debito réis 42:372\$410 e a do credito igual quantia, compreendendo o saldo de 19:125\$544 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: documentos de cobrança do Thesouro, 10:984\$562 réis; idem de corpos administrativos, 3:666\$094 réis; valores sellados, 2:866\$156 réis; dinheiro do Thesouro, 1:608\$732 réis.

Manuel Alves do Rio Junior, na qualidade de thesoureiro da Junta do Credito Publico, desde 1 de julho de 1906 até 30 de junho de 1908, foi julgado quite por accordão de 18 de outubro de 1910, sendo a importancia do debito 37.059:955\$576 réis e a do credito igual quantia, compreendendo o saldo de 147:989\$507 réis, que passou a debito da conta immediata nas seguintes especies: papéis de credito, 146:792\$750 réis; dinheiro de emolumentos, 1:196\$757 réis.

Está conforme. — 2.ª Repartição da Direcção Geral do Tribunal de Contas, 2 de outubro de 1910. — *J. M. Osorio*, Chefe da Repartição.

TRIBUNAL SUPERIOR DO CONTENCIOSO FISCAL Processo de revisão n.º 3:140

Autos vindos do Tribunal do Contencioso Fiscal junto da Alfandega de Lisboa, nos termos do decreto de 25 de julho de 1904, em que são participantes o sub-chefe fiscal dos impostos Artur José de Castro Pereira e outro, e arguido José Henriques Gonçalves.

Accordam, em conferencia, os do Tribunal Superior do Contencioso Fiscal:

Subiram os autos a este tribunal, em revisão e de harmonia com o decreto de 25 de julho de 1904, por se verificar uma das hypotheses, que ali se figuram e regulam;

Mostra-se, effectivamente, d'esses autos, que Artur José de Castro Pereira, sub chefe fiscal, e Antonio José Vieira, fiscal de 2.ª classe, ambos do corpo da fiscalização dos impostos, participaram, em 26 de julho do corrente anno, á direcção da Alfandega de Lisboa, que tinham apprehendido, nesse dia, e no mercado da Praça da Figueira, a José Henriques Gonçalves, com escritorio commercial, na Rua de Santa Justa, uma mala, que continha grande quantidade de pedras preciosas, descaminhada aos respectivos direitos, segundo lhes foi denunciado;

Mostra-se, que se levantaram diversos autos, e que pelo facto do arguido haver declarado, que não renunciava aos recursos legais, assumiu, por isso, o auditor no indicado tribunal de 1.ª instancia, do Contencioso Fiscal, junto d'aquella alfandega, a competencia precisa para a instrução d'este processo;

Mostra-se, que, proseguindo-se nos termos legais e regulares do processo proferiu aquella autoridade o seu despacho, julgando insubsistente a apprehensão, visto que se havia realizado, quando os brilhantes transitavam nesta cidade, e o decreto n.º 3 de 27 de setembro de 1894 preceituar nos artigos 201.º e seguintes, que é livre o transito de mercadorias, no interior do país, nacionaes ou nacionalizadas, e em conformidade com o que se estabeleceu nos artigos seguintes ao artigo 201.º, já citado;

Mostra-se, que o indicado despacho se funda ainda na presumpção de que pelos brilhantes apprehendidos se haviam pago os respectivos direitos, presumpção, que não foi destruida pelos apprehensores, aos quaes cumpria, e nos termos do artigo 2405.º do Código Civil, provar, que não era fundada a presumpção de que estavam nacionalizados os brilhantes apprehendidos e legitimamente adquiridos, como se prova pelos documentos, que instruem os autos de fl. 5 a 13;

Mostra-se, que no despacho, de que se trata, se invocavam os accordãos d'este tribunal, de 23 de dezembro de 1905 e 20 de janeiro de 1906, que confirmam a doutrina exposta;

O que tudo visto; e

Considerando, que são justos os fundamentos do despacho revisto, que poderia ser impugnado, pelos apprehensores, aos quaes foi intimado, por meio da contestação, nos termos dos artigos 76.º a 79.º do decreto n.º 2 de 27 de setembro de 1894 ou por meio de recurso directo para este tribunal, conforme permite o artigo 119.º do mesmo decreto; e

Considerando, que não usaram de nenhum dos meios indicados, o que traduz o reconhecimento de que esse despacho é justo:

Confirmam, por isso, o mesmo despacho, e para que produza todos os effectos legais, sem custas nem sellos por se não deverem.

Lisboa, 27 de agosto de 1910. — *João de Sousa Calvet de Magalhães* — *Homero Machado* — *João Freire Themudo de Oliveira*.

Está conforme. — Secretaria do Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, em 15 de setembro de 1910. — O Secretario, *Eduardo Cesar Neves Castro*.

TRIBUNAL SUPERIOR DO CONTENCIOSO TECHNICO ADUANEIRO N.º 303

Accordam os do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro:

Visto o recurso interposto por James Cassels & C.ª do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro que mandou tributar pelo artigo 575 da pauta o producto pedido a despacho na Alfandega do Porto, pelo bilhete n.º 25:896, e importado de Anvers, no vapor allemão *Klio*, em 119 caixas, marca A C & C, n.ºs 121 a 131 e 132 a 240, contramarca 771/909;

Vista a resolução do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia, junto da referida alfandega;

Vista a amostra que acompanhou o recurso;

Visto o despacho de que se recorre;

Vista a instrução do processo, nos termos do decreto n.º 2, com força de lei, datado de 27 de setembro de 1894;

Vista a informação da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro;

Visto o parecer do relator;

Vistos os artigos 174.º, n.º 1.º, e 192.º do decreto citado;

Mostrando-se do processo que o verificador do despacho tributo a mercadoria de que se trata pelo artigo 148 da pauta, como «producto chimico não especificado», do que discordou o serviço de verificação, que opinou pela classificação correspondente ao artigo 575, «perfumarias de todo o genero»;

Mostrando-se tambem que o Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia, ao qual foi submettido o litigio, confirmou o parecer do verificador do despacho, acordando, por unanimidade de votos, que ao producto questionado é applicavel a taxa de 13 por cento *ad valorem* mencionado no artigo 148 da pauta, por julgar o mesmo producto nas condições do denominado «Tonico Oriental» sobre que recaiu o accordão do Tribunal Superior do Contencioso Technico n.º 231, de 18 de abril de 1907;

Mostrando-se igualmente que a Inspeção Geral do Serviço Technico mandou seguir o despacho nos termos do artigo 575 da pauta, «perfumarias de todo o genero etc.», por ter o producto questionado «Restaurador dos Cabellos de Harrison» composição sensivelmente igual á do «Vigor do Cabello de Ayer», o qual tem sido tributado pelo referido artigo pautal;

Mostrando-se ainda que do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico recorre o importador e allega que o producto em contestação não é uma perfumaria, mas tem toda a analogia com os denominados «Rosseter's Hair-Restorer» e «Renovador dos Cabellos de Hall», e ainda com o «Tonico Oriental», os quaes constantemente teem sido despachados e tributados pelo artigo 148 da pauta, como productos chimicos não especificados;

Mostrando-se finalmente que a Inspeção Geral do Serviço Technico informa manter o seu despacho pelas razões nelle apontadas;

Considerando que o producto em contestação, posto de composição sensivelmente analogo á do «Vigor do Cabello de Ayer», é tambem de composição e applicações analogas ás de outros compostos que teem sido tributados pelo artigo 148 da pauta, e não pode considerar-se perfumaria:

Dar provimento ao recurso e resolvem:

Artigo unico. A mercadoria em contestação «Restaurador dos Cabellos de Harrison» deve ser tributada pelo artigo 148 da pauta: «Productos chimicos não especificados».

Em sessão do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, de 14 de setembro de 1910. — Presentes os vogaes: *Calvet de Magalhães*, presidente — *Pinto de Magalhães* — *Mattozo Santos* — *Ribeiro Ferreira* — *Manuel dos Santos* — *Pinto Basto*, relator.

Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro, em 14 de outubro de 1910. — *F. Mattozo Santos*.

Está conforme. — Secretaria do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, em 22 de outubro de 1910. — *Ferreira de Mesquita*.

N.º 307

Accordam os do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro:

Visto o recurso interposto pela Fabrica de Francos do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro que mandou tributar pelo artigo 217 da pauta dos

direitos de importação o fio de algodão, pedido a despacho na Alfandega do Porto, pelo bilhete n.º 17:439, e importado de Anvers, no vapor alemão *Hermes*, em uma caixa, marca W & S T, n.º 1:221, contramarca 732/909;

Vista a resolução do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia, junto da referida alfandega;

Vistas as amostras que acompanharam o recurso;

Visto o despacho de que se recorre;

Vista a instrução do processo, nos termos do decreto n.º 2, com força de lei, datado de 27 de setembro de 1894;

Vista a informação da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro;

Visto o parecer do relator;

Vistos os artigos 174.º, n.º 1.º, e 192.º do decreto citado;

Mostrando-se do processo que o verificador do despacho attribuiu aos fios de que se trata a classificação pautal correspondente ao «fio torcido de algodão doado ou acondicionado de qualquer modo para venda a retalho», com o que não se conformou o importador e por isso foi o mesmo processo presente ao Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia;

Mostrando-se tambem que o dito tribunal deu, por maioria de votos, provimento ao recurso, julgando os referidos fios tributáveis pelos artigos que lhes competirem, segundo a sua numeração;

Mostrando-se igualmente que a Inspeção Geral do Serviço Technico mandou seguir o despacho nos termos do artigo 217 da pauta, «fio torcido de qualquer numero ou qualidade, doado . . . para a venda a retalho, etc.», expondo que não é o destino ou applicação que possa ter o fio torcido, que o comprehende ou exclue d'este artigo pautal, mas a forma do seu acondicionamento, e que o de que se trata, embora possa ter empregos diversos, vem doado em meadas nas condições de tal forma de doação ser propria para a venda a retalho;

Mostrando-se mais que do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico recorre o importador e allega que o fio de algodão mercerizado, que motivou a contestação, é destinado á fabricação de tranças para atacadores de espartilhos, e que a sua contextura e doagem é a usual, nada tendo de especial para que as meadas em que se apresenta se considerem comprehendidas em qualquer das designações mencionadas no artigo 217 da pauta, devendo, portanto, a sua tributação ser a que lhe foi attribuida pelo Tribunal de 1.ª instancia;

Mostrando-se ainda que a Inspeção Geral do Serviço Technico informa manter o seu despacho pelas razões nelle expendidas;

Considerando que o fio de que se trata vem em meadas com dimensões das para a venda a retalho;

Considerando que tal fio não tem exclusiva applicação para tecelagem e se vende por meudo para diversos usos:

Denegar provimento ao recurso e resolvem manter o despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico.

Em sessão do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, de 14 de setembro de 1910.—Presentes os vogaes: *Culvet de Magalhães*, presidente—*Pinto de Magalhães*—*Pinto Basto*—*Mattozo Santos*—*Manuel dos Santos*—*Ribeiro Ferreira*, relator.

Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro, em 14 de outubro de 1910.—*F. Mattoso Santos*.

Está conforme.—Secretaria do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, em 22 de outubro de 1910.—*Ferreira de Mesquita*.

N.º 308

Accordam os do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro:

Visto o recurso interposto por *Guilherme Graham Junior & C.ª* do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro que confirmou o accordo do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia, relativo á tributação dos artefactos, pedidos a despacho na Alfandega de Lisboa, pelo bilhete n.º 5:668, da delegação do Caes dos Soldados, e importados de Glasgow, no vapor inglês *Baron Herries*, em doze volumes, marca A, contramarca n.º 1:072/910;

Vista a resolução do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia, junto da referida alfandega;

Vista a amostra que acompanhou o recurso;

Visto o despacho de que se recorre;

Vista a instrução do processo, nos termos do decreto n.º 2, com força de lei, datado de 27 de setembro de 1894;

Vista a informação da Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro;

Visto o parecer do relator;

Vistos os artigos 174.º, n.º 1.º e 192.º do decreto citado;

Mostrando-se do processo que os artefactos de que se trata foram tributados pelo verificador do despacho, pelo artigo 479 da pauta, como obra de ferro fundido simples, com o que não se conformou o serviço de reverificação, que os julga comprehendidos no artigo 470, «aço em obra não especificada», e por isso foi o mesmo processo submettido á apreciação do Tribunal do Contencioso Technico de 1.ª instancia;

Mostrando-se tambem que o dito tribunal confirmou, por unanimidade de votos, o alludido parecer do serviço de reverificação;

Mostrando-se igualmente que da resolução do Tribunal de 1.ª instancia recorre o importador, allegando serem de

ferro fundido malleavel e não de aço os artefactos questionados;

Mostrando-se mais que a Inspeção Geral do Serviço Technico mandou seguir o despacho, nos termos do accordo do Tribunal de 1.ª instancia, tributando-se os artefactos que motivaram a contestação pelo artigo 470 da pauta, «aço em obra não especificada», por serem effectivamente de aço os mesmos artefactos, como se mostra do certificado de analyse constante de fl. . . do processo;

Mostrando-se ainda que do despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico recorre o importador por entender que não são de aço os objectos em litigio, mas sim de ferro malleavel, como o affirma o respectivo fabricante na declaração que, para justificar o seu recurso, elle importador apresenta;

Mostrando-se finalmente que a Inspeção Geral do Serviço Technico informa manter o seu despacho pelos motivos nelle apontados, acrescentando que a materia prima dos artefactos que originaram o recurso toma tempera e apresenta todos os caracteristicos do aço;

Considerando que se trata de uma questão de facto, e que os artefactos em contestação são de aço, isto é, tomam tempera, apresentam pelo aquecimento a escala de côres do aço e tem força coerciva:

Denegar provimento ao recurso e resolvem manter o despacho da Inspeção Geral do Serviço Technico.

Em sessão do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, de 14 de setembro de 1910.—Presentes os vogaes: *Culvet de Magalhães*, presidente—*Pinto de Magalhães*—*Pinto Basto* (vencido)—*Mattozo Santos*—*Ribeiro Ferreira*—*Manuel dos Santos*, relator.

Inspeção Geral do Serviço Technico Aduaneiro, em 14 de outubro de 1910.—*F. Mattoso Santos*.

Está conforme.—Secretaria do Tribunal Superior do Contencioso Technico Aduaneiro, em 22 de outubro de 1910.—*Ferreira de Mesquita*.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara manda annunciar que recebe propostas em carta fechada, nos Paços do Concelho, até a uma hora da tarde do dia 18 de novembro proximo, para arrematação da impressão do orçamento ordinario d'esta camara, relativo á gerencia de 1911, e dos orçamentos supplementares referentes á gerencia corrente.

As condições da mesma arrematação acham-se desde já patentes na secretaria d'esta camara.

Paços do Concelho, 26 de outubro de 1910.—O Secretario da Camara, interino, *E. Freire de Oliveira*.

A camara manda annunciar que a feira annual de gado no Campo Grande, que deve ter logar nos dias 6, 7 e 8 de novembro proximo futuro, se realizará no terreno comprehendido entre o edificio da igreja parochial e o da fabrica de lanificios.

A marcação e entrega de terrenos para installações far-se-hão a partir de 1 de novembro, no local da feira, onde se encontrarão empregados para fazer entrega e cobrar a importancia do respectivo aluguer.

Paços do Concelho, 26 de outubro de 1910.—O Secretario, interino, da Camara, *F. Freire de Oliveira*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DA BARQUINHA

Edital

Antonio da Silva Lino, administrador, interino, do concelho da Barquinha.

Faz publico que, perante esta administração, correm editos de trinta dias convidando o cidadão Padre Antonio Martins da Silva, presidente, que foi, da commissão administrativa municipal do concelho da Barquinha, desde o dia 2 de janeiro de 1908 a 20 de fevereiro do mesmo anno, individuo actualmente residindo em parte incerta, a tomar conhecimento do accordo n.º 4:005 da Commissão Districtal de Santarem, de 6 de setembro de 1910, que approvou plenamente as contas da gerencia, e a allegar o que tiver por conveniente, dentro d'aquelle prazo.

E para constar se passa o presente e outros, que vão ter o devido destino.

Barquinha, 21 de outubro de 1910.—E eu, *Julio Cesar de Sousa e Costa*, secretario da administração, o subcrevi.

Verifiquei.—*Lino*.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Repartição do Assentamento

Processo n.º 146:520

Nos termos da lei de 5 de agosto de 1854 e do artigo 41.º do regulamento da Junta do Credito Publico, approvado por decreto de 8 de outubro de 1900, pretênde justificar Augusto Cesar de Oliveira que é um dos herdeiros de sua fallecida irmã Adelina Branco de Oliveira, a fim de, em harmonia com a escriptura de partilhas amigaveis feitas entre si e os demais seus irmãos, serem averbadas a seu favor as seguintes inscrições que á fallecida pertenciam: de 500,000 réis, n.º 29:488; de 1:000,000 réis, n.º 24:550.

Quem tiver que se oppor ao indicado averbamento de-

duza o seu direito no prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão como for de justiça.

Secretaria da Junta do Credito Publico, em 26 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Luiz Henriques Charters de Azevedo* (*Visconde de S. Sebastião*).

É citada por esta forma Maria Carlota, que em 1900 residiu na Travessa da Agua de Flor n.º 62, a apresentar-se na 1.ª Secção da Repartição Central d'esta secretaria, a fim de prestar esclarecimentos sobre uma inscrição de 100,000 réis n.º 50:933, que lhe está averbada e que foi encontrada na Repartição.

Se decorridos noventa dias não se apresentar pessoa alguma serão tomadas as devidas providencias a fim de que a mesma inscrição seja averbada á Fazenda Nacional por não apparecer a sua possuidora.

Secretaria da Junta do Credito Publico, 26 de outubro de 1910.—O Director Geral, *Luiz Henriques Charters de Azevedo* (*Visconde de S. Sebastião*).

Repartição de Contabilidade

Pagamento de juros do 2.º semestre de 1910 dos titulos de divida interna consolidada de 3 por cento

Pela secretaria da Junta do Credito Publico se annuncia que o pagamento dos juros do 2.º semestre de 1910 dos titulos de divida interna consolidada de 3 por cento, quanto ás relações sorteadas em virtude do annuncio publicado no *Diario do Governo* n.º 179, de 16 de agosto ultimo, deve effectuar-se pela forma seguinte:

Mês de novembro

Table with columns: Dia, N.º, 1 a, 275, 276 a 550, 551 a 825, 826 a 1:100, 1:101 a 1:375, 1:376 a 1:650, 1:651 a 1:925, 1:926 a 2:200, 2:201 a 2:475, 2:476 a 2:750, 2:751 a 3:025, 3:026 a 3:300, 3:301 a 3:575, 3:576 a 3:850, 3:851 a 4:125, 4:126 a 4:400, 4:401 a 4:675, 4:676 a 4:950, 4:951 a 5:225, 5:226 a 5:511

Mês de dezembro

Table with columns: Dia, N.º, 5:512 a 5:796, 5:797 a 6:081, 6:082 a 6:366, 6:367 a 6:651, 6:652 a 6:936, 6:937 a 7:221, 7:222 a 7:506, 7:507 a 7:791, 7:792 a 8:076, 8:077 a 8:361, 8:362 a 8:646, 8:647 a 8:931, 8:932 a 9:216, 9:217 a 9:501, 9:502 a 9:786, 9:787 a 10:071, 10:072 a 10:356, 10:357 a 10:641, 10:642 a 11:000

As relações de coupons serão pagas nos dias indicados pelo sorteio.

As relações, cuja importancia do juro, liquido do imposto de rendimento, não for superior a 10,500 réis, serão pagas em qualquer dos dias designados para pagamento, independentemente do sorteio.

As relações que não foram apresentadas ao sorteio serão pagas em dias opportunamente designados para esse fim. Os juros atrasados serão pagos nos dias 4, 11, 18 e 25 de novembro, e 2, 9, 16, 23 e 30 de dezembro.

O pagamento começa ás dez horas e meia da manhã, e termina ás duas horas e meia da tarde.

Secretaria da Junta do Credito Publico, 15 de outubro de 1910.—Pelo Director Geral, *H. M. Gouveia Prego*.

IMPRESA NACIONAL DE LISBOA

Aviso-citação

Estando ainda em deposito o producto da venda de exemplares de algumas obras feitas por esta Imprensa anteriormente ao decreto de 23 de dezembro de 1901, sem que os respectivos autores ou seus legitimos herdeiros se tenham apresentado a receber a parte que lhes pertence, são citados todos os interessados a apresentarem, devidamente fundamentadas e autenticadas, as suas reclamações no prazo de quarenta dias, a contar da data d'este annuncio, sob pena das respectivas importancias reverterem a favor do cofre d'este estabelecimento.

Lisboa, 21 de outubro de 1910.—O Administrador Geral, *Luiz Derouet*.

CAMINHOS DE FERRO DO ESTADO

Direcção do Sul e Sueste

Serviço dos Armazens Geraes

Venda de cerca de 66 toneladas de sucata de bronze, cobre, latão, metal branco, limalhas diversas e tubos de latão (servidos de caldeiras) em 9 lotes

Pelo presente annuncio se faz publico que no dia 15 de novembro proximo, pela uma hora da tarde, perante a Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e na sua sede, Largo de S. Roque n.º 23, se ha de proceder a concurso publico para a adjudicação da venda de diversas sucatas em 9 lotes.

Para ser admittido á licitação deverá o concorrente mostrar que effectuou em qualquer das thesourarias dos caminhos de ferro do Estado os seguintes depositos provisorios:

Para o lote n.º 1, 700 kilos de bronze — 4000 réis.

Para o lote n.º 2, 1:800 kilos de cobre — 9000 réis.

Para o lote n.º 3, 1:400 kilos de latão — 6000 réis.

Para o lote n.º 4, 300 kilos de metal branco — 2000 réis.

Para o lote n.º 5, 2:300 kilos de limalhas diversas — 7000 réis.

Para o lote n.º 6, 15:000 kilos de tubos de latão — 57000 réis.

Para o lote n.º 7, 15:000 kilos de tubos de latão — 57000 réis.

Para o lote n.º 8, 15:000 kilos de tubos de latão — 57000 réis.

Para o lote n.º 9, 15:000 kilos de tubos de latão — 57000 réis.

O concorrente a quem for feita a adjudicação de um ou mais lotes terá de reforçar o seu ou seus depositos provisorios com a quantia necessaria para perfazer 5 por cento

da importancia total do lote ou lotes que lhe tenham sido adjudicados, constituindo assim, para garantia do respectivo contrato, um deposito definitivo, que ficará á ordem da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, por intermedio da qual será, posteriormente, transferido para a Caixa Geral de Depositos.

O reforço indicado deverá effectuar-se na mesma thesouraria onde tiver sido realizado o deposito provisorio. Todas as sucatas podem ser vistas no Barreiro (armazens geraes).

O programma do concurso e o respectivo caderno de encargos acham-se patentes na secretaria da Direcção (Largo de S. Roque n.º 22) e na dos armazens geraes (Barreiro), onde podem ser examinados em todos os dias uteis, das onze horas da manhã até as quatro horas da tarde.

Barreiro, 22 de outubro de 1910.—O Engenheirê Chefe do Serviço dos Armazens Geraes, A. Pereira Junior.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Relação dos numeros que saíram premiados na decima setima extracção da lotaria do anno de 1910-1911, constantes da lista official publicada pela dita Santa Casa, emitida em virtude do decreto de 6 de abril de 1893, realizada no dia 26 de outubro de 1910

Table with 16 columns labeled 'NUMEROS PREMIOS' and rows of numbers and prize amounts. Includes section headers like 'MIL', 'DOIS MIL', and 'TRES MIL'.

Table with 16 columns of numbers and prizes (PREMIOS). Includes sections for 'SEIS MIL' and 'OITO MIL'.

Lisboa, 26 de outubro de 1910. — Pereira de Miranda — L. A. de Avellar Telles.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LOUSADA

Pelo juizo de direito da comarca de Lousada, e cartorio do escrivão do primeiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este, a citar o mancebo José, filho de Maria da Conceição, da freguesia de Cahide, d'esta comarca, para no prazo de dez dias, posterior aos editos, entrar no cofre da Fazenda Nacional com a quantia de 300\$000 réis, estabelecidos no artigo 173.º do regulamento do serviço do recrutamento de 24 de dezembro de 1901, ou nomear bens á penhora, sob pena de ser devolvido o direito de nomeação ao exequente, digno agente do Ministerio Publico, como representante da Fazenda Nacional.

Lousada, 3 de outubro de 1910. — E eu, Antonio Augusto de Sousa Magalhães, o escrevi. Verifiquei. — O Juiz de Direito, Albano de Magalhães.

Pelo juizo de direito da comarca de Lousada, e cartorio do escrivão do primeiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este, a citar o mancebo José Carvalho, filho de Antonio de Carvalho e de Emilia Nunes Teixeira, da freguesia de S. Paio de Casaes, d'esta comarca, para no prazo de dez dias, posteriores aos editos, entrar no cofre da Fazenda Nacional com a quantia de 300\$000 réis, estabelecidos no artigo 173.º do regulamento do serviço do recrutamento de 24 de dezembro de 1901, ou nomear bens á penhora, sob pena de ser devolvido o direito de nomeação ao exequente, digno agente do Ministerio Publico, como representante da Fazenda Nacional.

Lousada, 3 de outubro de 1910. — E eu, Antonio Augusto de Sousa Magalhães, o escrevi. Verifiquei. — O Juiz de Direito, Albano de Magalhães.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LEIRIA

Por este juizo de direito, e cartorio do escrivão do quarto officio, a requerimento da Fazenda Nacional, correm editos de dez dias, a contar da publicação do ultimo annuncio, chamando todas as pessoas que se julgarem com

direito aos terrenos abaixo mencionados, expropriados por utilidade publica, para a construcção da estrada tambem abaixo designada, para dentro do referido prazo deduzirem os seus direitos sobre os referidos terrenos, sob pena de serem julgados livres e desembaraçados e adjudicados á requerente.

Terrenos expropriados para a construcção do lanço unico da estrada de ligação da Caranguejeira (estrada real n.º 59) á estrada real n.º 15, situados no Valle do Gato:

491 metros quadrados de terra de sementeira, 4 metros quadrados de casa, 25 metros quadrados de adega, 45 metros quadrados de pátio, 112 metros quadrados de quintal, 204 metros quadrados de vinha, 256 metros quadrados de mato, quatro oliveiras e cinco carvalhos, confrontando do norte com Felicia Maria, do sul com Antonio Gaspar e Joaquim Marques Novo, do nascente com o proprietario e do poente com estrada, expropriados a Joaquim Marques e mulher, do Valle do Gato, pela quantia de 180\$000 réis;

60 metros quadrados de terra de sementeira, confrontando do norte com Joaquim Marques, do sul com Antonio Carreira, do nascente com estrada e do poente com Antonio Carreira, expropriados a Antonio Gaspar e mulher, do Casal Vermelho, pela quantia de 5\$500 réis;

93 metros quadrados de terreno de sementeira, confrontando do norte com Antonio Gaspar, do sul com Maria do Rosario, do nascente com estrada e do poente com o rio, expropriados a Antonio Carreira e mulher, do Casal Vermelho, pela quantia de 6\$000 réis;

412 metros quadrados de terra de sementeira, 456 metros quadrados de vinha, 426 metros quadrados de mato, seis figueiras e seis amoreiras, confrontando do norte com Manuel Lopes e Maria do Rosario, do sul com Ermelinda Caccella Gaió, do nascente com Josefa Lopes Vieira e do poente com estrada, pela quantia de 108\$500 réis, expropriados a João de Oliveira e mulher, do Casal do Chão do Pisco.

Leiria, 8 de outubro de 1910. — O Escrivão, Antonio Rodrigues Pereira.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Regalão.

Pelo juizo de direito da comarca de Leiria, e cartorio do escrivão do quarto officio, a requerimento da Fazenda Nacional, correm editos de dez dias, a contar da data da publicação do ultimo annuncio, chamando todas as pessoas que se julgarem com direito ao terreno abaixo mencionado, expropriado por utilidade publica, para a construcção da estrada tambem abaixo designada, para dentro do referido prazo deduzirem os seus direitos sobre o referido terreno, sob pena de ser julgado livre e desembaraçado e adjudicado á requerente.

Terreno expropriado para a construcção do lanço de Leiria a Maceira, da estrada de serviço de Leiria para a estação de Martingança:

498 metros quadrados de terreno de lavradio e vinha, no sitio dos Parceiros, confrontando do norte e nascente com D. Joana de Faria Pinho, e do sul e poente com caminhos publicos, expropriados a José Diogo Lopes da Costa Teriaga, de Leiria, pela quantia de 59\$360 réis.

Leiria, 8 de outubro de 1910. — O Escrivão, Antonio Rodrigues Pereira.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Regalão.

Por este juizo, cartorio do escrivão do segundo officio, a requerimento da Fazenda Nacional, correm editos de dez dias, a contar da publicação do ultimo annuncio, chamando todas as pessoas que se julgarem com direito ao terreno abaixo indicado, expropriado por utilidade publica a Joaquim Carvalho, viuvo, da Barreira, para a construcção do lanço da Barreira, pelas Côrtes a Famalicão, da estrada de Leiria pela Barreira á estrada districtal n.º 120 e á estrada real n.º 15, para no referido prazo deduzirem os seus direitos, sob pena de o mesmo terreno se julgar livre, desembaraçado e adjudicado á requerente.

Terreno expropriado, 1:815m², 80 de terreno de lavradio da propriedade sita na Cerrada, por 190\$000 réis.

Leiria, 24 de outubro de 1910. — O Escrivão, interino, do segundo officio, Anthero Portugal da Silva.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Regalão.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MAFRA

No juizo de direito da comarca de Mafra, escrivão Cunha e Costa, correm editos de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando todas as pessoas que se julgarem com direito a tres parcelas de terreno (sendo 167 metros quadrados de vinha de primeira classe, 2.048 metros quadrados de sementeira de primeira classe, e 536 metros quadrados de pinhal), pertencas da propriedade denominada Casal da Fonte Ferreira, na freguesia da Enxara do Bispo, e amigavelmente expropriada, pela quantia de 500\$000 réis e por transacção amigavel de 28 de junho ultimo, a Antonio Rodrigues, proprietario, e sua mulher Maria da Piedade, do dito Casal da Fonte Ferreira, pela Direcção das Obras Publicas do districto de Lisboa, para a estrada de serviço da Cadriceira para a estação de Pero Negro, lanço da Cadriceira á estrada districtal n.º 145, bem como áquelle preço em deposito, para o deduzirem no referido prazo dos editos, sob pena de serem as mesmas parcelas de terreno, comprehendidas na demarcação da dita estrada no sitio do Casal da Fonte Ferreira, julgadas livres e desembaraçadas, e assim adjudicadas á expropriante para os effeitos legais.

Mafra, 8 de outubro de 1910. — O Escrivão, *João Pereira da Cunha e Costa*.
Verifiquei. — *A. Barreto*.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Editos de dez dias

No juizo de direito da comarca de Torres Vedras, e cartorio do primeiro officio, pelo processo de expropriação amigavel, liquidado pela 2.ª Direcção de Obras Publicas do districto de Lisboa, com Joaquim Francisco Cansado e sua mulher Anna da Nazareth, moradores no logar de Alfeiria, freguesia de S. Domingos de Carmões d'esta comarca, correm editos de dez dias, a contar da segunda e ultima publicação do annuncio, citando todas as pessoas incertas que se julgarem com direito á quantia de 74\$000 réis, depositada na Caixa Geral de Depositos, por ordem da mesma direcção e proveniente da expropriação de duas parcelas de terreno: uma, 425 metros quadrados de vinha, e outra, 120 metros quadrados de mato, pertencentes á propriedade do Lameirão, dos expropriados, para dentro do referido prazo dos editos deduzirem os seus direitos, sob pena dos mesmos terrenos serem considerados livres e desembaraçados para a Fa-

zenda Nacional, e aquella quantia ser levantada pelos expropriados.

Torres Vedras, 18 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Hermano Dias Ferreira*.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Alves Ferreira*.

GREMIOS

Casa de penhores (2.ª classe, 1.ª ordem)

São prevenidos os interessados que fazem parte d'este gremio, que o caderno das collectas da contribuição industrial do corrente anno estará patente na Rua do Conde n.º 39, 1.º (ás Janellas Verdes), nos dias 28, 29 e 31 do corrente mês e 1, 2 e 3 de novembro, desde as dez horas da manhã ás quatro da tarde, sendo admissiveis nos referidos seis dias as reclamações que os interessados queiram fazer sobre a repartição das suas taxas.

O gremio entregará os requerimentos despachados aos contribuintes no dia 8 de novembro e nos dias 9, 10 e 11, ás mesmas horas e receberá quaesquer recursos para a junta central dos repartidores.

Lisboa, 26 de outubro de 1910. — O Presidente do Gremio, *Antonio Freire da Silva*.

Mercadores de licores (3.ª classe, 1.ª ordem)

Estará patente na Rua do Poço dos Negros n.º 82 o caderno da contribuição industrial, nos dias 27, 28, 29 e 31 do corrente e 1 e 2 de novembro proximo futuro, das dez horas da manhã ás quatro horas da tarde, para os contribuintes examinarem as suas collectas e recorrerem o que julgar de justiça. O gremio entregará os requerimentos despachados aos contribuintes nos dias 6, 7 e 8 de novembro ás mesmas horas, e receberá qualquer recurso para a junta central dos repartidores.

Lisboa, 26 de outubro de 1910. — O Presidente, *Avelino Domingues de Freitas*.

Mercadores de tecidos de lã (6.ª classe)

Estará patente o caderno da contribuição industrial para ser examinado pelos interessados na Rua dos Douradores n.º 1 a 7, das dez horas da manhã ás quatro da tarde pelo espaço de seis dias ou sejam dias 26, 27, 28, 29 e 30 de outubro, e 1 de novembro, para reclamações que tenham de ser dirigidas ao gremio, e nos dias 3, 4 e 5 de novembro para recursos dirigidos á junta.

Lisboa, 25 de outubro de 1910. — O Presidente, *Françisco José Ferreira, Successores*.

Estabelecimentos em grande (3.ª classe)

São convidados os interessados a examinar o caderno da distribuição, que estará patente das dez horas da manhã ás quatro da tarde nos dias 26, 27, 28, 29, 30 e 31 do corrente na Rua de S. Julião n.º 182, 1.º andar.

Lisboa, 25 de outubro de 1910. — O Presidente, *José da Fonseca & Filhos*.

Commissarios (6.ª classe, 1.ª ordem)

Está patente o caderno com a distribuição da contribuição industrial de 1910; as reclamações na Rua dos Balchoeiros n.º 49, das dez horas da manhã ás quatro da tarde dos dias 27, 28, 29 e 31 de outubro e 2 e 3 de novembro e nos dias 9, 10 e 11 para recursos. — O Presidente do Gremio, *Rodrigues de Guerra*.

Casas de pasto (7.ª classe, 2.ª ordem)

Acha-se patente o caderno d'este gremio, na Rua de S. Joaquim ao Calvario, 58, desde o dia 27 do corrente a 3 de novembro e para a junta 4 a 7 seguintes. — O Secretario, *Alberto Augusto Castello*.

Laveiros (8.ª classe)

O caderno das contribuições industriaes está patente na rua Garrett n.º 54, desde o dia 27 do corrente até o dia 3 de novembro e para recursos nos dias 5, 6 e 7 de novembro.

Lisboa, 26 de outubro de 1910. — O Secretario, *Miguel Peres*.

Albergue (9.ª classe)

O caderno acha-se patente nos dias 26 de outubro a 2 de novembro, para recursos de 4 a 7 de novembro, das 10 horas da manhã ás 4 da tarde, na travessa de S. Domingos n.º 31, 2.º — O Secretario, *José Augusto dos Santos*.

Louça de pó de pedra (8.ª classe)

São avisados os interessados que o caderno com a distribuição das collectas pode ser examinado na Travessa Nova de S. Domingos, 42, 1.º, das dez horas da manhã ás tres da tarde nos dias 24 a 29 do corrente e os recursos são recebidos de 1 a 3 de novembro proximo.

Lisboa, 23 de outubro de 1910. — O Presidente, *Joaquim Vaz Pinheiro, Successor*.

OBSERVATORIO DO INFANTE D. LUIS

Boletim meteorologico

Terça feira, 25 de outubro de 1910, ás nove horas da manhã

Estações	Barometro		Temperatura	Vento	Ceu	Chuva	Estado do mar	Temperatura		Notas
	A zero de graus	Red. ao nivel do mar e a 45º de Lat.						Minima	Maxima	
Portugal ...	Montalegre...	756,6	9,8	SSE. fresco	Muito nublado	13,0	-	11,2	7,9	
	Gerex	754,1	15,0	N. forte	Nublado	18,0	-	14,2	11,4	
	Moncorvo	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Porto	754,3	16,2	S. m.º fraco	Ennevoado	6,0	-	20,0	9,1	
	Guarda	757,7	10,0	SSE. forte	Enc. nev.	2,0	-	11,8	8,8	
	Serra da Estrella	757,4	7,7	SE. m.º forte	Enc. nev.	4,0	-	9,1	5,8	
	Coimbra	755,5	16,7	SE. fraco	Encoberto	1,0	-	20,6	13,4	
	S. Fiel	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Tancos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Reino, a	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Campo Maior	758,8	16,5	E. mod.	Muito nublado	0,0	-	20,8	12,5	
	Villa Fernando	758,6	16,3	Calma	Encoberto	0,0	-	22,2	10,6	
	Cintra	755,2	16,6	ESE. m.º fraco	Encoberto	1,0	-	18,2	15,0	
	Lisboa	756,4	17,8	SW. mod.	Muito nublado	0,0	Vaga	-	-	
	Vendas Novas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Evora	767,4	17,0	S. mod.	Muito nublado	0,0	-	19,5	18,4		
Beja	756,9	18,4	SSE. mod.	Encoberto	0,0	-	21,4	7,0		
Lagos	756,5	18,8	SE. fraco	Encoberto	6,0	Agitado	28,0	15,0		
Faro	756,6	20,0	ESE. fraco	Muito nublado	2,0	Pouco agitado	21,0	17,0		
Sagres	756,7	19,0	S. fresco	Encoberto	8,0	Vaga grossa	21,0	18,0		
Angra	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ilhas dos Açores, 7 a ...	Horta	758,3	15,2	W. fraco	Nublado	0,0	Pouco agitado	20,0	15,0	
Ilha da Madeira, 7 a ...	Ponta Delgada	756,3	14,5	NNW. mod.	Pouco nublado	0,0	Pouco agitado	19,0	15,0	
Ilhas de Cabo Verde, 9 a ...	Funchal	754,4	19,1	N. m.º fraco	Encoberto	0,0	Pouco agitado	21,0	14,0	
	S. Vicente	760,5	27,4	ENE. fraco	Pouco nublado	0,0	Chão	28,0	24,0	
	S. Tiago	-	-	-	-	-	-	-		
	Corunha, 7 a	-	-	-	-	-	-	-		
	Iguelo	-	-	-	-	-	-	-		
Espanha	Barcelona, 9 a	-	-	-	-	-	-	-		
	Madrid, 9 a	-	-	-	-	-	-	-		
	Malaga, 9 a	-	-	-	-	-	-	-		
	S. Fernando, 7 a	759,8	16,8	SE. fraco	Nublado	1,0	Agitado	21,0	16,0	
	Tarifa, 8 a	758,8	19,0	ENE. m.º fraco	Encoberto	1,0	Plano	-	-	
Inglaterra	Valentia, 8 a	754,1	12,2	E. fraco	Encoberto	0,0	Agitado	14,4	11,1	

Lisboa, no dia 24 de outubro de 1910

Temperatura maxima, 19,8; minima, 15,2. — Evaporação, 1,4 millimetros. — Ozono 1,0 graus.

A evaporação é medida ás nove horas da manhã do dia seguinte; o ozono é a media dos valores observados ás nove horas da manhã e ás nove da noite.

Elementos normaes ás nove horas a. — Lisboa, 25 de outubro de 1910

Temperatura, 16,0 graus — Pressão ao nivel do mar, 768,6 millimetros.

Altitudes

Montalegre, 1:027 metros — Guarda, 1:089 metros — Serra da Estrella, 1:216 metros.

Estado geral do tempo

Pequenas alterações barometricas nos postos do continente, com aumento de temperatura e vento em geral fresco do quadrante SE.

Nos Açores desceu o barometro cerca de 2 millimetros e no Funchal 3,3.

As mais baixas pressões estão indicadas entre o Funchal e a Irlanda e as mais altas no golfo de Genova.

Observatorio do Infante D. Luis, á uma hora da tarde. — O Director, interino, *C. A. Moraes de Almeida*.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 8

O conselho administrativo do dito regimento faz publico que, não tendo sido superiormente approvada a arrematação de café, açúcar de 1.ª e 2.ª qualidade, arroz, bacalhau, chouriço de carne, pão alvo, vaca de 1.ª qualidade, vitella, toucinho entremeadado, toucinho gordo, azeite, grão de bico, pimenta, sal, carneiro, vinagre e feijão vermelho, no dia 9 do proximo mês de novembro, pelas doze horas do dia, na sala das sessões do mesmo conselho, se ha de proceder em nova praça á arrematação de generos destinados a confecção do rancho das praças d'esta guarnição pelo tempo de um anno que principia em 1 de dezembro proximo e termina em 30 de novembro de 1911.

As condições e respectivo caderno de encargos estão patentes na secretaria do conselho administrativo, onde serão prestados todos os esclarecimentos que os concorrentes desejarem, desde as onze horas da manhã até as duas da tarde.

As propostas devem ser feitas segundo o modelo regulamentar, devendo a sua entrega ser feita no mesmo conselho até as doze horas do dia do concurso, acompanhadas do deposito provisorio de 30,000 réis.

Quartel em Braga, 24 de outubro de 1910. — O Secretario, *Albino José de Oliveira*, tenente de infantaria n.º 8.

EXPLORAÇÃO DAS MATAS NACIONAES

Mata das Virtudes

Faz-se publico que no dia 11 do proximo mês de novembro, pela uma hora da tarde, na secretaria da Regencia das Virtudes, sita na referida Mata, se procederá á

licitação verbal para o arrendamento da pastagem e bolota da Mata das Virtudes.

As condições para esta arrematação estão patentes na secretaria da referida Regencia.

Marinha Grande, 22 de outubro de 1910. — Pelo Silvicultor Chefe, *Luiz Maria de Mello e Sabbo*.

CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA

Movimento da barra em 22 do corrente

Entradas

Vapor português «Bussaco», do Porto.
Vapor allemão «Rio Pardo», de Hamburgo.
Vapor hollandês «Vondel», de Batavia.
Vapor allemão «Mazagan», de New-Castle.
Transporte brasileiro «Carlos Gomes», de Greenock.

Saídas

Vapor português «Norte», para Casa Branca.
Vapor português «Zaire», para Mossamedes.
Vapor allemão «Rio Pardo», para Manaus.
Vapor allemão «Delia», para Rotterdam.
Vapor allemão «Pluto», para Rotterdam.
Vapor inglês «Douro», para Liverpool.
Vapor hollandês «Vondel», para Amsterdam.
Lugre português «Rodolfo», para Larache.
Escuna francesa «Confiance», para S. Pierre.

Em 23

Entradas

Vapor português «Machado 3.º», do mar.
Vapor inglês «Etna», de Bordeus.
Vapor inglês «Mabirche», de Cardiff.
Vapor português «Dinorah», do mar.

Vapor inglês «Flaminian», de Swansea.

Vapor inglês «Aboyne», do mar.

Vapor português «Albatroz», do mar.

Saídas

Vapor inglês «Flaminian», para Catanea.
Capitania do porto de Lisboa, 24 de outubro de 1910. — O Capitão do porto, Chefe do Departamento, *Eduardo J. da Costa Oliveira*, capitão de mar e guerra.

ESTAÇÃO TELEGRAPHICA CENTRAL DE LISBOA

Serviço das barras

Luz (Foz do Douro)

Dia 25. — Entradas: vapores allemães «Rhein» e «Minerva», francês «Saint Mathieu» e ingleses «Baron Ruette», «King Edward» e «D. Manuel 2.º».

Nada saiu.
Mar plano, vento E. fraco.

Letrões

Dia 25. — Entradas: lugre português «Felisberto» e o paquete inglês «Orissa».

Vem entrando o paquete inglês «Jerome».

Saídas: vapores francês «St. Mathieu» e allemães «Minerva» e «Bremen».

Vae sair o paquete inglês «Orissa».

Ficam fundeados os hiates portugueses «Emilia», «Augusta» e «Soares», vapor «Argus» e o hiate «Gertrudes», ingleses.

Vento SE. moderado.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, em 25 de outubro de 1910. — O Chefe dos Serviços Telegraphicos, *A. A. Pedro dos Santos*.

AVISOS

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

3.ª Ampliação da tarifa especial interna n.º 10 — pequena velocidade

Additamento á classificação de mercadorias Desde 25 de outubro de 1910 ficam comprehendidas nesta tabella as rubricas a seguir designadas.

Mercadorias	Grupos para vagons completos	Series	Carga minima dos vagons completos Toneladas
Extracto de castanheiro.....	3	3.ª	-
Extractos taninosos para cortumes, não designados.....	3	2.ª	-
Preparados taninosos para cortumes, não designados.....	3	2.ª	-
Vosgeline.....	3	3.ª	-

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

7.ª modificação na classificação geral de mercadorias

A partir de 25 de outubro de 1910 serão feitas na classificação geral de mercadorias, em vigor nas linhas d'esta companhia, as seguintes alterações:

Mercadorias	Classes da tarifa geral	Numero das tarifas especiais internas applicaveis
Novas designações:		
Cortiça virgem.....	IV	13
Extracto de castanheiro.....	II	10
Extracto de quebracho.....	II	10
Extractos taninosos para cortumes, não designados.....	II	10
Preparados taninosos para cortumes, não designados.....	II	10
Uva esmagada em vasilhame, simples, de madeira.....	IV	2
Vosgeline.....	I	10
Designações suprimidas:		
Cortiça virgem.....	II	13
Extracto de quebracho.....	I	10
Extractos ou preparados taninosos para cortumes.....	II	13

Ficam pelo presente annullados os avisos ao publico B. 1:416 de 30 de maio de 1905 e B. 1:549 de 6 de abril de 1907.

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

8.ª Modificação da tarifa especial interna n.º 18 Pequena velocidade

Alterações na classificação de mercadorias A partir de 25 de outubro de 1910 á cortiça virgem expedida por vagons completos de 5 toneladas ou pagando como tal, que segundô o

aviso ao publico B. 1:422 de 20 de maio de 1905 foi incluída na classificação da tarifa especial interna n.º 13 de pequena velocidade, correspondendo-lhe a 3.ª serie, preços especiais A e B, grupo 5, passa a corresponder á 4.ª serie, grupo 2.

Os transportes d'esta mercadoria effectuados entre as fronteiras de Elvas ou Marvão e Bemposta e as estações de Abrantes até Santarem, todas inclusive, não disfrutará, porem, da applicação d'esta tarifa, mas unicamente dos preços que lhes correspondam pela tarifa geral.

Da mesma tarifa ficam excluidos os extractos ou preparados taninosos para cortumes.

Ficam pelo presente annullados e substituidos para todos os effectos os avisos ao publico B. 1:422 de 30 de maio de 1905 e B. 1:556 de 6 de abril de 1907.

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

4.ª Ampliação da tarifa especial interna n.º 7 — pequena velocidade

Additamento á classificação de mercadorias Desde 25 de outubro de 1910 ficam comprehendidas nesta tarifa as rubricas a seguir designadas:

Mercadorias	Grupos para vagons completos	Series	Carga minima dos vagons completos Toneladas
Extracto de castanheiro.....	3	2.ª	-
Extractos taninosos para cortumes, não designados.....	3	2.ª	-
Preparados taninosos para cortumes, não designados.....	3	2.ª	-
Vosgeline.....	3	2.ª	-

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

5.ª Ampliação da tarifa especial interna n.º 2 — Pequena velocidade

Additamento á classificação de mercadorias Desde 25 de outubro de 1910 será considerada incluída na classificação de mercadorias da tarifa especial interna n.º 2 de pequena velocidade, em vigor desde 10 de outubro de 1903, a uva esmagada em vasilhame, simples, de madeira, correspondendo-lhe a 2.ª serie, grupo 1, preços especiais A e B, carga minima dos vagons completos, 8 toneladas.

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

4.ª ampliação da tarifa especial interna n.º 2 Pequena velocidade

Transporte das taras vazias das remessas de vinho, vinagre, azeite, alcool, aguardente, mosto de vinho ou uvas esmagadas em vasilhame simples ou odres

A partir de 15 de outubro de 1910 as mercadorias acima indicadas, quando transportadas por expedições de vagon completo ou pagando como tal, entre as estações abaixo mencionadas, terão direito ao transporte das taras vazias, quer este se effectue antes do transporte em cheio, quer em retorno, mediante apenas o pagamento de 20 réis por cada tara, mais os direitos que correspondam por guia, registo e sello e aviso de chegada nas condições seguintes:

a) Quando o transporte das taras vazias preceda o transporte cheio:

1.ª A expedição das taras vazias far-se-ha nas

condições ordinarias, sendo o seu transporte pago pela tarifa correspondente.

2.ª No acto do pagamento do transporte em cheio deverá o interessado apresentar a carta de porte da remessa, effectuada dentro dos ultimos trinta dias, das taras vazias, devendo estas ser em numero igual ou inferior ao das cheias para lhe ser descontada, do que houver a chegar, a importancia que satisfizes pelo transporte da primeira remessa, deduzidos os direitos de guia, registo, sello, aviso de chegada e 20 réis por cada tara transportada. A carta de porte da remessa das taras vazias deverá acompanhar a escrituração da remessa em cheio.

b) Quando o transporte das taras vazias se faça em retorno do cheio:

1.ª O retorno far-se-ha de uma só vez para cada remessa em cheio e da estação consignataria d'esta.

2.ª O remetente das taras em retorno apresentará na estação, em que o peça, a carta de porte da remessa em cheio, a qual deverá acompanhar a escrituração da remessa em vazio.

3.ª As taras serão do mesmo typo das que hajam servido para o transporte da remessa em cheio e em numero igual ou inferior

4.ª O consignatario da remessa em cheio comparará na estação de chegada os competentes rotulos para o retorno em numero igual ao das taras a devolver e ao preço de 20 réis cada um, mais a importancia de 80 réis pelo sello da requisição dos rotulos e aviso de chegada.

Para este retorno não são exigidas notas de expedição. As taras serão retiradas em troca de um talão de cada rotulo.

Os transportes das taras vazias effectuados nas condições do presente aviso serão feitos sem responsabilidade para a companhia.

Estação que gozam da concessão: todas as comprehendidas entre Poço do Bispo e Santarem, entre Setil e Vendas Novas (local ou transit), entre Alcantara-mar e Pedrouços, e entre Alcantara-terra e Cintra para as seguintes ou vice-versa: Lisboa (Caes dos Soldados), Poço do Bispo, Braço de Prata, Bemfica, Alcantara-terra ou mar, Belem ou Pedrouços

Ficam pelo presente annullados e substituidos os avisos ao publico: B. 1:279 de 18 de novembro de 1903 e B. 1:788 de 10 novembro de 1909.

Lisboa, 10 de outubro de 1910. — O Director Geral da Companhia, *L. Forquenot*.

PUBLICAÇÕES

Obras á venda por conta da Imprensa Nacional
Livraria Bertrand

Rua Garrett n.º 73 e 75

Boletim commercial e maritimo, publicação mensal. — Preço de cada numero 100 réis.

ANNUNCIOS

1 Pelo juizo de direito d'esta comarca de Villa Nova de Ourém, e cartorio do escrivão do terceiro officio, correm seus termos uns autos de inventario orfanologico por obito de Joaquina da Conceição e marido José Ferreira Baptista, moradores que foram na Mata, freguesia do Olival, e nos termos da lei, correm editos de trinta dias, citando o interessado José Ferreira Baptista, casado, mas ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para todos os termos até final, do inventario d'aquelles seus paes.

Villa Nova de Ourém, 22 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Antonio Dias da Silva*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Pereira Gouveia*.

EDITOS DE TRINTA DIAS

2 No juizo de direito d'esta comarca de Guimarães, e cartorio do escrivão do segundo officio,

abaixo assinado, correm editos de trinta dias, que começaram a contar-se da segunda e ultima publicação do respectivo annuncio, citando Antonio José de Abreu, filho de Rosa da Silva, fallecida, e de Joaquim José de Abreu, ausente em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, para assistir a todos os termos até final do inventario orfanologico a que se procede por obito de seu avô Antonio José de Abreu, morador que foi na freguesia de Serzedello, d'esta comarca, e no qual é inventariante a viuva do mesmo Maria da Silva, da mesma freguesia; sendo esta citação sem prejuizo do andamento do mencionado inventario.

Guimarães, 20 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Manuel Ribeiro de Sousa Mascarenhas*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *P. de Resende*.

3 Pelo juizo de direito de Villa do Conde, e cartorio de Varella, no inventario de menores por morte de José Francisco Gomes, em que é inventariante a viuva sua mulher, Maria Gonçalves Casa Nova, da freguesia de Touguinhó, correm editos de trinta dias, pelos quaes é citado, para os termos do inventario até final, o coherdeiro Manuel Francisco Gomes, solteiro, maior, e filho do inventariado, ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, e, para allegarem os direitos que tiverem os credores incertos e legatarios desconhecidos, com a pena de revelia.

Villa do Conde, 3 de agosto de 1910. — O Escrivão, *Antonio Pinto Varella da Cunha de Barbosa Montenegro*.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Marques de Albuquerque*.

TRIBUNAL COMMERCIAL DA COMARCA DE AMARANTE

4 Para os devidos effectos se annuncia que no dia 17 do corrente foi declarado em estado de falencia Rodrigo Gonçalves Basto, casado, negociante, da freguesia da Lomba, d'esta comarca, a requerimento de Afonso José Martins e José Rodrigues de Figueiredo, casados, commerciantes, da villa e comarca de Ovar, nomeado administrador da massa Custodio Pereira Cardoso, cassado, proprietario, do logar dos Chãos, freguesia da Lomba, d'esta comarca; para curadores fiscaes foram nomeados padre João Maria Gomes Pinto, abbade da freguesia da Lomba, e Agostinho Marinho, casado, ferreiro, do logar da Ponte, da mesma freguesia, e que foi marcado o prazo de quarenta dias para a reclamação dos creditos.

Amarante, 18 de outubro de 1910. — O Escrivão do terceiro officio, *Feliciano José Santos Martins*.

Verifiquei. — O Juiz Presidente, *Barreto Sacchetti*.

5 Pelo juizo de direito de Villa do Conde, e cartorio de Varella, no inventario de menores por morte de Anna Ferreira, viuva, que era, de Roberto Joaquim Barbosa, em que é inventariante sua filha Joaquina Fernandes, casada, de Villa do Conde, correm editos de trinta dias, pelos quaes são editados, para os termos do inventario até final, Marcellina Fernandes, viuva de Antonio José Fernandes, filha da fallecida, por si e como representante de seus filhos menores Manuel e Maria, ausentes no Brasil, em parte incerta, e, para allegarem os direitos que tiverem, os credores incertos e legatarios desconhecidos, com a pena de revelia.

Villa do Conde, 22 de agosto de 1910. — O Escrivão, *Antonio Pinto Varella da Cunha de Barbosa Montenegro*.

Verifiquei. — *Marques de Albuquerque*.

COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

6 Pelo juizo de direito d'esta comarca, cartorio do escrivão abaixo assinado, e nos autos de execução por torna, appensos ao inventario orfanologico feito por obito do Visconde de Taveiro, em que é exequente Duarte de Mello, casado, residente no Entroncamento, como chefe de via e obras da Companhia dos Caminhos de Ferro do

Norte e Leste, e executada sua irmã D. Maria Eduarda de Mello de Sousa Tudella, moradora ao presente na cidade de Viseu, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este, citando o marido da referida executada, actualmente ausente em parte incerta, para assistir, querendo, a todos os termos da mesma execução, cujo pedido é de 255,725 réis.

Figueira da Foz, 23 de agosto de 1910. — O Escrivão, Augusto de Oliveira.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Pereira Machado.

EDITOS DE TRINTA DIAS

7 No juizo de direito da comarca de Lamego, e cartorio do escrivão do terceiro officio, adeante assinado, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação no *Diario do Governo*, a citar Claudina de Jesus Carneiro, viuva, e Manuel Fernandes de Carvalho, solteiro, menor pubere, que residiam em Lalim d'esta comarca, e agora ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para assistirem a todos os termos do inventario orfanologico por obito de José Fernandes de Carvalho, que era do mencionado logar de Lalim, no qual é inventariante Anna Emilia Carneiro, viuva do inventariado, nos termos e para os effectos do artigo 696.º § 3.º do codigo do processo civil, sem prejuizo do andamento do mesmo inventario.

Lamego, 17 de setembro de 1910. — O Escrivão, Francisco de Mello Iharco.

O Juiz de Direito, J. S. Barreto.

EDITOS DE TRINTA DIAS

8 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal, cartorio do escrivão do primeiro officio, foram distribuidos uns autos de execução hypothecaria em que são exequentes Sebastiana Candida de Jesus, com seu marido João Gomes Junior, aquella por si e como tutora de suas filhas menores Alexandrina e Maria Patrocina, proprietarias, moradoras na freguesia de Camara de Lobos, e executados Gabriel Paulo de Freitas e Abel Paulo de Freitas, menores puberes, e Candida Augusto de Freitas, viuva de Francisco de Freitas Congro Madeira, por si e como tutora dos seus filhos aquelles executados, do sitio da Ribeira de João Gomes, freguesia de Santa Lusia, e como se acha ausente em parte incerta o executado Abel Paulo de Freitas, é citado por editos de trinta dias, para no prazo de dez dias, depois de findos os editos, pagar juntamente com os demais executados a quantia de 1:000,000 réis, juros e mais despesas dos exequentes, em virtude da escritura da hypotheca de 3 de agosto de 1896, lavrada nas notas do ex-tabelião Alfredo Luis de Freitas, na qual figuram como devedores Francisco de Freitas Congro Madeira, pae e marido dos executados, e credor Francisco Alves, primeiro marido e pae da exequente, sendo já fallecidos o devedor e credor, cuja execução seguirá seus termos até final, em caso de falta, effectuando-se penhora nos bens hypothecados.

Funchal, 26 de agosto de 1910. — O Escrivão substituto, João Gualberto de Faria.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Rufino da Graça.

9 Pelo juizo de direito da comarca de Leiria, cartorio do escrivão do primeiro officio, Leirão, e nos autos civis de acção commercial que Manuel Luis, casado, proprietario do Lapedo, freguesia da Caranguejeira, move contra Joaquim Ferreira Orfão, casado, proprietario, do Lapedo, freguesia dos Pousos, correm editos de trinta dias, a contar da data do ultimo annuncio, citando o referido Joaquim Ferreira Orfão para todo o conteúdo da petição da dita acção, e da qual o autor pede ao seu pagamento da quantia de 200,000 réis, que este se confessou devedor por uma letra por este aceite em 27 de junho de 1909, e bem assim os juros legais, custas e sellos vencidos e a vencer, procuradoria e protesto de letra.

Esta citação ha de ser accusada na segunda audiencia commercial, posterior ao prazo dos editos, e nesta mesma audiencia ser-lhe-hão marcadas tres para contestar, querendo, tudo sob pena de revelia.

As audiencias commerciaes nesta comarca realizam-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana, por onze horas da manhã, não comprehendidos em ferias e se não forem santificados, porque sendo-o, estas far-se-hão nos dias immediatos, não sendo estes tambem santificados ou feriados.

Leiria, 12 de outubro de 1910. — O Escrivão, Luis Maria dos Santos Leitão.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, Regalão.

10 Pelo juizo de direito da 4.ª vara de Lisboa, cartorio do escrivão Silva Carvalho, correm editos de trinta dias, contados da segunda e ultima publicação do annuncio, a citar os interessados incertos para contestarem, querendo, a justificação requerida por D. Elisa Henriqueta Simões de Carvalho, viuva e sua filha D. Eduarda Henriqueta Simões de Carvalho, solteira, residentes em Lisboa, pela qual pretendem ser julgados habilitadas para todos os effectos legaes a primeira como meirã, e a segunda como unica e universal herdeira de todos os bens direitos e acções que ficaram no casal de seu marido e pae Augusto José de Carvalho, natural da freguesia de S. Tiago de Lisboa, fallecido, sem testamento, no estado de casado com a primeira justificante, sem deixar outros descendentes, em 28 de agosto de 1910, na casa letras A. C. da Avenida José Luciano de Castro (proposta Avenida Elias Garcia), para haverem ambos todos os bens de qualquer especie que sejam.

Esta citação ha de ser accusada na segunda audiencia ordinaria do dito juizo e comarca, contada da terminação do prazo dos editos, e d'ella em diante ficarão correndo tres audiencias para a contestação.

As ditas audiencias fazem-se em todas as terças e sextas feiras. Quando algum d'estes dias for santificado, não estando comprehendido em ferias, a audiencia faz-se no dia seguinte, se não for tam-

bem santificado ou feriado, e sempre por dez horas da manhã, no Tribunal da Boa Hora, Rua Nova do Almada, em Lisboa.

Verifiquei. — Pelo Juiz de Direito respectivo, o da 3.ª vara, S. Albergaria.

1.ª VARA CIVEL DO PORTO

Escrivão José Evaristo

Editos de trinta dias

11 Pelo juizo de direito da 1.ª vara da comarca do Porto, e cartorio do escrivão do quinto officio, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, a citar os interessados seguintes:

A viuva e um filho do finado Eduardo dos Santos Coelho, ausente no Pará, Brasil, em parte incerta, e cujos nomes se ignoram;

Teresa de Jesus, viuva de Antonio dos Santos Coelho, residente em Lisboa, em parte incerta;

Rosa de Jesus e marido, cujo nome se ignora, residentes em Lisboa, em parte incerta;

Eduardo dos Santos Coelho, solteiro, maior, caixeiro, ausente no Pará, em parte incerta;

E um filho do dito Antonio dos Santos Coelho, maior, solteiro, residente em Lisboa, em parte incerta;

Para assistirem a todos os termos, até final, do inventario orfanologico a que se procede por obito de Antonio dos Santos Coelho, viuvo, morador que foi na Rua da Rasa, freguesia de Mafamude, em que é inventariante a neta Joana Pereira.

Porto, 21 de outubro de 1910. — O Escrivão de Direito da 1.ª vara, José Evaristo Pereira da Fonseca.

Verifiquei. — *Perdigão*.

12 Pelo juizo de direito da 3.ª vara da comarca de Lisboa, cartorio do escrivão Diogo Vieira, pertencem D. Maria Inacia de Sousa Botelho Brederode, que tambem usa o nome de D. Maria Inacia de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos e ainda o de D. Maria Inacia de Sousa Botelho, viuva, e a Viscondessa de Pindella D. Maria Amalia de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, que tambem usa o nome de D. Maria Amalia de Sousa Botelho, casada com o visconde do mesmo titulo, ser julgadas habilitadas herdeiras, em partes iguaes, da propriedade plena da quinta parte da herança de seu irmão D. Anselmo de Sousa Botelho, fallecido em 5 de novembro de 1892, na cidade do Cabo da Boa Esperança, no estado de solteiro, sem descendentes nem ascendentes e com testamento, em que deixou a referida quinta parte ao irmão commm D. Alexandre de Sousa Botelho, em usufruto, passando por sua morte a mesma parte para seus filhos legitimos ou legitimados, e não os tendo, para as justificantes.

D. Alexandre de Sousa Botelho falleceu em 2 de janeiro do corrente anno, na quinta do Alto, freguesia de S. Bartolomeu da Charneca, no estado de solteiro, sem descendentes e com testamento.

Pelo que correm editos de trinta dias, que principiarão a contar-se da data da segunda publicação d'este annuncio, citando quaesquer interessados incertos que se julgarem com direito a opposição a referida justificação, para na segunda audiencia d'este juizo que tiver logar, depois de findo o prazo dos editos, verem accusar esta citação, e na terceira audiencia posterior á accusação deduzirem a sua opposição, sob pena de revelia.

As audiencias fazem-se ás terças e sextas feiras, sendo dias uteis, ou, não os sendo, nos dias immediatos se o forem, ás dez horas da manhã, no tribunal da comarca, no edificio da Boa Hora, Rua Nova do Almada.

Lisboa, 18 de outubro de 1910. — O Escrivão, Diogo José Vieira.

Verifiquei. — O Juiz de Direito da 3.ª vara, S. Albergaria.

ATTENÇÃO

13 John Gill, proprietario da patente de invenção n.º 5:550, para: «Aperfeiçoamento em motores rotativos, applicaveis tambem a bombas rotativas, ventoinhas para ar ou gases, compressores ou esgotadores, contadores e semelhantes», concedida a 28 de novembro de 1906, desejando que aquelle invento seja o mais possível aproveitado no pais, faz constar que se proutifica a conceder licenças para o gozo parcial do privilegio ou mesmo a vender a patente.

Correspondencia a W. H. Beck & C.ª, 115, Cannon Street, Londres.

14 Na 2.ª vara civil de Lisboa, e cartorio de H. Braga, foi proposta acção de separação de pessoas e bens por D. Maria Teodora dos Santos Costa Gomes, moradora na rua Conselheiro Nazareth, n.º 20, 1.ª andar, contra Manuel José Bandeira Fialho Gomes, morador na rua do Conde, n.º 29 e 31.

O que se annuncia nos termos e para os effectos do artigo 448.º e seu parágrafo do Codigo do Processo Civil.

Verifiquei a exactidão. — O 2.º substituto do Juiz de Direito, em exercicio, F. Pinto.

REVOGAÇÃO DE MANDATO

15 D. Laura de Jesus Valente Moreira, viuva, moradora na villa de Matosinhos, fez notificar D. Aurora Munhoz Valente, Condessa da Taboira, de que ficaram cassados todos os poderes de procuração que lhe tinha passado para administrar todos os seus bens e valores, ficando assim de nenhum effecto a mesma procuração. O que se faz publico para os fins designados no artigo 646.º e seu § 1.º do Codigo do Processo Civil.

Porto, 24 de outubro de 1910. — O Solicitador, Antonio de Padua Meneses Russell. — (Segue-se o reconhecimento).

COMPANHIAS REUNIDAS GAZ E ELECTRICIDADE

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

Capital 5.580:000,000 réis

27, Rua da Boa Vista — Lisboa

Pagamento de juros de obrigações

16 O Conselho de Administração das Companhias Reunidas Gaz e Electricidade avisa os

Srs. possuidores de obrigações de 4 por cento, réis, que no proximo mês de novembro, na sede social, Rua da Boa Vista, 27, começará a ser pago, livre de imposto, o coupon n.º 5.

O pagamento realizar-se-ha todas as segundas e quintas feiras, das onze horas da manhã ás duas da tarde.

Lisboa, 23 de outubro de 1910. — Pelo Conselho de Administração, o Administrador, Antonio Centeno.

TRIBUNAL DO COMMERCIO DE LISBOA

1.ª vara

Arrematação

17 No dia 5 de novembro proximo, por doze horas, na Rua do Conde n.º 55 a 59, se ha de proceder na venda e arrematação em hasta publica dos bens moveis ali existentes e do direito ao arrendamento da loja até 31 de dezembro de 1913, penhorados ao executado Vicente Mendes Mirrado, na execução que lhe promove a exequente D. Emilia Maria dos Santos Maciel.

E pelo presente são citados quaesquer credores incertos que se julgarem com direito aos ditos moveis e arrendamento, para o deduzirem no prazo da lei.

Lisboa, 22 de outubro de 1910. — O Escrivão, Antonio Pires Laranjeira.

Visto. — S. Motta.

COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

18 A direcção d'esta companhia faz saber que desde o dia 27 do corrente pagará na sua thesauraria, em todos os dias não santificados, desde ás onze horas e meia da manhã ás duas da tarde, o dividendo do corrente anno, livre de imposto.

E indispensavel a apresentação das acções e respectivas procurações, etc.

Os impressos para os recibos entregam-se no escritorio d'esta companhia, á Rua das Flores n.º 69.

Porto, 24 de outubro de 1910. — Os Directores, Alberto Alvares Ribeiro — Joaquim Bernardo dos Santos.

CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO

19 Certifico que hoje de manhã, na sua residencia, notifiquei José Maria de Almeida Ferreira, casado, escrivão de fazenda do concelho de Penamacor, que reconheço, a revogação de requerimento e despacho retro, que lhe foi conferido por Elisa Adriana de Almeida Ferreira, solteira, proprietaria, moradora em Salvaterra do Extremo, d'esta comarca, tudo como consta no requerimento que elle leu e eu tambem lhe li e de tudo ficou bem sciente e lhe entreguei o duplicado com a competente por mim assinada.

E para constar passo a presente, que assina commigo por ser o proprio, que a reconhecço, cuja procuração se acha junta ao respectivo requerimento.

Penamacor, 19 de outubro de 1910. — José Maria de Almeida Ferreira. — O Official de diligencias, Francisco Nunes Morão.

EDITOS DE TRINTA DIAS

20 Pelo juizo de direito da comarca de Ceia, e cartorio do terceiro officio, escrivão Almeida, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, a citar Francisco Marques, casado, ausente em parte incerta no Brasil, interessado no inventario orfanologico a que se procede por obito de seu sogro Adelino Joaquim Borges, morador que foi no logar e freguesia de Travancinha, d'esta comarca, para vir assistir e deduzir os seus direitos no mesmo inventario, nos termos e para os effectos do § 3.º do artigo 696.º do Codigo do Processo Civil.

Ceia, 14 de setembro de 1910. — O Escrivão ajudante do terceiro officio, Antonio Placido de Figueiredo.

Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, 2.º substituto, no impedimento do competente, Faria.

21 Na comarca da Ilha do Pico, cartorio do terceiro officio, e no inventario orfanologico a que se procede por obito de Francisco Pereira Machado, solteiro, morador que foi na freguesia da Prinha, correm editos de trinta dias citando os herdeiros ausentes Filomena de Oliveira e seu marido José Pereira de Oliveira e Rosa de Oliveira, cujo estado se ignora, filhos do herdeiro fallecido Manuel Pereira Machado, e João Pereira Leal, casado, ignorando-se o nome da mulher, filho da herdeira fallecida Maria Josefa, para assistirem a todos os termos do respectivo inventario até final, sob pena de revelia.

S. Roque do Pico, 4 de outubro de 1910. — O Escrivão, Emilio Soares de Andrade.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, P. Ferro.

ARREMATACÃO JUDICIAL

22 Na comarca da Ilha do Pico, cartorio do terceiro officio, e no inventario orfanologico a que se procede por obito de João Pereira da Rosa, casado, morador que foi na freguesia de S. Caetano, correm editos de trinta dias, citando os herdeiros ausentes Manuel Pereira da Rosa e sua mulher Teresa de Brum da Silva e João Pereira da Rosa e sua mulher Maria de Brum Freitas, filhos e noras do inventariado, para assistirem a todos os termos do dito inventario até final, sob pena de revelia.

S. Roque do Pico, 4 de outubro de 1910. — O Escrivão, Emilio Soares de Andrade.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, P. Ferro.

por obito de Anna Maria Marques, em que é cabeça de casal Vicente José de Carvalho, os predios abaixo mencionados, sendo condições da praça pagar o arrematante toda a contribuição de registro e ficar a cargo do casal as contribuições relativas aos predios e respeitantes ao corrente anno.

Predios a arrematar

Um predio urbano situado na Rua das Barracas, freguesia dos Anjos, d'esta cidade, com os n.ºs 37 e 87-A, descrito na 1.ª conservatoria, sob o n.º 1:295; foi avaliado na quantia de 4:569,600 réis e vae á praça no valor de 8:500,000 réis.

Um predio urbano sito na Rua das Barracas, freguesia dos Anjos, d'esta cidade, com os n.ºs 89 a 91, descrito na 1.ª conservatoria sob o n.º 281; foi avaliado na quantia de 1:478,400 réis e vae á praça no valor de 1:000,000 réis.

Pelo presente são citados quaesquer credores. Lisboa, 21 de outubro de 1910. — O Escrivão, Antonio Andrade Rebelo da Costa Junior.

Verifiquei a exactidão. — Albergaria.

24 Pelo juizo de direito da 2.ª vara da comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão Silva Saque, correm seus termos uns autos civis de execução em que é exequente José Gonçalves Carreira, e executados Paulo Henrique Machado e mulher Adelaide Sofia, e José Antonio Valerio e mulher Guilhermina de Jesus Valerio, e tendo-se feito arresto, hoje convertido em penhora, na quantia de 703,080 réis, saldo em dinheiro existente na Caixa Geral de Depositos, conhecimento n.º 20:433, pertencente aos executados, e liquidado a favor d'estes, a fl. 158 do processo de execução hypothecaria que lhes moveu Casimiro José Sabido & C.ª, pelo juizo da 1.ª vara de Lisboa, e cartorio do escrivão Kemp Serrão, são pelo presente citados os credores que pretendem deduzir preferencias sobre a mencionada quantia, para o fazerem no prazo de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio no *Diario do Governo* e outro jornal, como determina o artigo 931.º do Codigo do Processo Civil.

Lisboa, 24 de outubro de 1910. — O Escrivão, Caetano da Silva Saque.

Verifiquei. — Oliveira Guimarães.

EDITOS

25 Por este juizo, escrivão Marques, corre seus termos uma acção ordinaria em que são autores João José Cravo e mulher Joana Taloa Nova, proprietaria, da Murtoza, e reus Manuel de Pinho Salgado e mulher Maria do Carmo Galinha, de Pardelhas, freguesia da Murtoza, na qual acção os autores allegam:

Que são senhores e possuidores de um predio de casas e cerca, onde tem um palheiro, sito em S. Jacinto, d'esta comarca, e que pelo ponte parte com o predio dos reus, e tanto este predio como o dos autores estão hoje aumentados por terreno camarario adquirido, havendo um anno, proximamente, que os reus desfizem parte da sua casa e aumentaram-na em outra parte, construindo um telheiro ou coberto com as beiras a gotejar sobre o telhado e parede da casa dos autores, causando-lhes prejuizos, e vedaram os reus a sua cerca da dos autores, não respeitando a respectiva divisoria e tomando terreno dos autores. E concluem pedindo que os reus sejam condemnados a desviar as suas beiras do predio dos autores por forma que entre ellas e elle medeis o espaço legal, a entregar aos autores o terreno que lhes tomaram e ao cumprimento da lei na parte que diz respeito ás beiras e bem assim nas custas e procuradoria.

E como dos autos consta que o seu marido Manuel de Pinho Salgado está ausente em parte incerta do Brasil, pelo presente correm editos de cinquenta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio, citando o mesmo reu para na segunda audiencia d'este juizo, posterior ao prazo dos editos, vir accusar a citação e marcar-lhe a terceira audiencia seguinte para contestar, querendo.

As audiencias neste juizo fazem-se na sala do tribunal judicial da comarca, sito no Largo Municipal de Aveiro, pelas dez horas da manhã de todas as segundas e quintas feiras de cada semana ou nos dias immediatos, sendo aquelles santificados.

Aveiro, 30 de agosto de 1910. — O Escrivão, Francisco Marques da Silva.

Verifiquei. — Ferreira Dias.

26 Pelo juizo de direito d'esta comarca, e cartorio do escrivão do segundo officio, Barbosa de Magalhães, se processam e correm seus devidos e legaes termos uns autos de expropriação por utilidade publica e urgente, em que é expropriante a Compagnie Française pour la construction et l'exploitation des chemins de fer à l'étranger, e expropriados Antonio Pinto de Azevedo e mulher Rosa Vieira de Pinho, moradores na Rua Nova da Piedade n.º 89, da cidade de Lisboa.

Por sentença que transitou em julgado foi adjudicado á expropriante, pela quantia de 36,840 réis, o terreno por ella pedido na mencionada expropriação, e que consta de 307 metros quadrados de terreno lavrado, que faz parte de um predio lavrado, sito em Eixo, e que confronta do norte com Antonio Dias de Figueiredo, do sul com João Martins de Pinho, do nascente com caminho publico e do poente com o capitão David Ferreira da Rocha, predio de que são donos e possuidores os expropriados, e que se acha descrito na conservatoria d'esta comarca sob o n.º 20:980, a fl. 150 v. do livro B-57.

Aquelles 36,840 réis deram entrada na Caixa Geral de Depositos.

E pelo presente correm editos de dez dias, a contar da affixação do respectivo edital, chamando e citando todas as pessoas incertas, que se julgarem com direito á quantia em deposito, para os virem deduzir nos termos da lei, sob pena de revelia.

Aveiro, 31 de agosto de 1910. — O Escrivão, Silverio Augusto Barbosa de Magalhães.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Ferreira Dias.

27 Pelo juizo de direito d'esta comarca, cartorio do terceiro officio, e nos autos de inventario orfanologico a que se procede por obito de Domingos Joaquim, que foi da Castanheira de Figueiró, d'esta freguesia, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio na Folha Official, citando para assistirem a todos os termos e actos até final do mesmo inventario os interessados Gertrudes de Carvalho Castanheira, viuva de Francisco Joaquim e seus filhos Joaquim, Alice, Cesaltina e Maria, todos ausentes em parte incerta, sendo estes dois ultimos citados na sua pessoa e na de sua mãe, aquella Gertrudes de Carvalho Castanheira.

Figueiró dos Vinhos, 21 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Elycio Nunes Carvalho*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, primeiro substituto, *M. Vasconcellos*.

28 Pelo cartorio do segundo officio do juizo de direito da 5.ª vara civil da comarca de Lisboa, mediante justificação avulsa, pretendem D. Emilia Carolina de Albuquerque, D. Maria Carolina de Albuquerque, solteiras, maiores, proprietarias, Alfredo Augusto José de Albuquerque, casado, coronel do exercito, e sua mulher D. Maria do Carmo Fonseca Vaz de Albuquerque, todos residentes na quinta do Monte do Carmo, na Rua do Giestal á Junqueira, habilitarem-se como herdeiros de seu fallecido irmão e cunhado Antonio Tavares de Albuquerque, pelos fundamentos seguintes: que no dia 7 de agosto ultimo falleceu, no estado de casado com D. Anna da Conceição Pereira Victorino, Antonio Tavares de Albuquerque, que no lugar de Linda-a-Velha, freguesia de Carnaxide, sem ascendente e sem testamento, natural da freguesia de Santa Maria de Belem, filho legitimo de Antonio de Albuquerque e de D. Ideltrudes Carolina, já fallecidos e paes communs dos justificantes, Emilia Carolina de Albuquerque, Maria Carolina de Albuquerque e Alfredo Augusto José de Albuquerque; que o fallecido era casado segundo o regime de communhão de bens, em primeiras e unicas nupcias, com D. Anna da Conceição Pereira Victorino, não tendo havido d'este matrimonio nenhum descendente; que os justificantes são os legitimos herdeiros da meação dos bens do casal, tendo-se já effectuado a partilha amigavel por meio de escritura publica; que os justificantes são os proprios de quem se trata, e, como herdeiros de seu fallecido irmão e cunhado Antonio Tavares de Albuquerque, pedem que sejam julgados habilitados para o fim de haverem a sua herança pela forma que entre si foi repartida, depois de assegurado e liquidado o pagamento da contribuição de registo.

Pelos presentes editos de trinta dias, que começam, a contar-se da publicação do segundo e ultimo annuncio, são citados quaesquer herdeiros e interessados incertos, para na segunda audiencia depois de findo o prazo dos editos verem accusar as suas citações e marcar-se-lhes o prazo de tres audiencias para quem quiser impugnar. As audiencias neste juizo fazem-se no Tribunal da Boa Hora, sito á Rua Nova do Almada, ás 10 horas da manhã, todas as terças e sextas feiras, ou no dia immediato no mesmo local e hora quando algum d'aquelles for feriado.

Lisboa, 26 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Antonio Mendes Lima*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, *F. Pires*.

29 Pelo juizo de direito da comarca de Mafra, e cartorio do escrivão do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar do ultimo annuncio no *Diario do Governo*, citando a mulher de José Gomes Malhador, dos Gorcinhos, ausente em parte incerta, para assistir, querendo, aos ultimos termos da execução que a Fazenda Nacional move contra aquelle José Gomes Malhador.

Mafra, 12 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Ernesto Leandro Rodrigues Soares*.
Verifiquei. — *A. Barreto*. (a)

30 No juizo de direito de Mafra, escrivão Cunha e Costa, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando os interessados Escalastica da Conceição Pereira e seu marido João, cujo appellido se ignora, e Isidoro Pereira, casado, todos ausentes em parte incerta, na cidade do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, para todos os termos até final do inventario orfanologico a que no mesmo juizo se está procedendo por obito de seu paes e sogro Carlos Pereira Braulio, que foi morador na villa e freguesia da Ericeira, sitio do Alto da Boa Vista, mas sem prejuizo do andamento do mesmo inventario.

Mafra, 15 de outubro de 1910. — O Escrivão, *João Pereira da Cunha e Costa*.
Verifiquei. — *A. Barreto*. (b)

31 Pelo juizo de direito da 1.ª vara civil d'esta comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, citando quaesquer credores incertos do fallecido José Carvalho Novaes, para dentro do referido prazo apresentarem as suas reclamações, nos termos do § 2.º do artigo 693.º do Codigo do Processo Civil.

Lisboa, 21 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Augusto Cesar Cardoso Pinto de Queiros*.
Verifiquei. — O Juiz, substituto, da 1.ª vara, *F. Pinto*. (c)

32 Pelo juizo de direito da 5.ª vara da comarca de Lisboa, cartorio do escrivão Dias, e pelos autos civis de arrecadação dos espolios dos fallecidos Manuel Gonçalves Vidas, Maria Arrabida Guerreiro, Felicia da Conceição, Luiza Maria de Oliveira, e do ausente Severino C. Peres, vão á praça, para serem arrematados por quem maior lance offerecer acima da sua avaliação, no dia 29 do corrente, pelo meio dia, á porta do tribunal da Boa Hora, os bens moveis arrolados nos mesmos espolios.

Pelo presente são citados quaesquer credores incertos.

Lisboa, 17 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Henrique Julio Dias*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito da 5.ª vara, *F. Pires*. (d)

EDITOS DE TRINTA DIAS

33 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Ilha da Madeira, e cartorio do escrivão do terceiro officio, correm editos de trinta dias, a contar da data da segunda publicação d'este annuncio na Folha Official, citando Antonio Rodrigues de Freitas e Manuel Rodrigues de Freitas, ausentes em parte incerta nos Estados da Republica do Brasil, para assistirem e falarem como interessados a todos os termos do inventario orfanologico a que se procede neste juizo por fallecimento de Manuel Rodrigues de Freitas, morador que foi no sitio da Vargem, freguesia de S. Vicente, e em que é inventariante a viuva Teresa de Jesus, moradora no referido sitio da Vargem, freguesia e comarca de S. Vicente, sem prejuizo do andamento do mesmo inventario.

S. Vicente, 15 de outubro de 1910. — O Escrivão *Jeronymo Teixeira de Barros*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Antonio Maria Augusto Pereira Seves de Oliveira*. (e)

EDITOS DE TRINTA DIAS

34 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Madeira, e cartorio do escrivão do segundo officio, Freitas, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio na Folha Official, citando os interessados Manuel Cabral e mulher, Francisco Cabral, casado, e José Cabral, solteiro, maior, todos ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico a que se procede por fallecimento do paes e sogro dos mesmos, Francisco Cabral, morador que foi no sitio dos Ginjas, d'esta freguesia de S. Vicente, e em que é inventariante a viuva Maria Francisca de Jesus, moradora no mesmo sitio e freguesia.

S. Vicente, 12 de outubro de 1910. — O Escrivão, *José Maria de Freitas*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Antonio Maria Augusto Pereira Seves de Oliveira*. (f)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE S. VICENTE DA MADEIRA

35 Perante o mesmo juizo, e cartorio do primeiro officio, escrivão abaixo assinado, no inventario a que se está procedendo por obito de Manuel de Ponte Penedo, morador que foi na Serra de Agua, freguesia do Seixal, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação na Folha Official, citando e chamando os filhos, genros e noras, Francisco de Ponte Penedo, solteiro, de cincoenta e um annos, Libania Rosa de Jesus e marido Manuel Vieira da Luz, e Justino da Ponte Penedo, casado, ignorando-se o nome e sobrenome da mulher, todos ausentes em parte incerta, para assistirem até final a todos os termos do referido inventario, sem prejuizo do andamento do mesmo.

S. Vicente, 15 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Manuel Carlos da Silva Monteiro*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Antonio Maria Augusto Seves de Oliveira*. (g)

EDITOS DE TRINTA DIAS

36 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Madeira, e cartorio do escrivão do segundo officio, Freitas, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio na Folha Official do Governo, citando Manuel Mendes da Silva e mulher e Francisco Mendes da Silva, solteiro, maior, todos ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico a que se procede por fallecimento da mãe e sogra dos mesmos, Maria da Encarnação, viuva, moradora que foi no sitio do Loureal, d'esta freguesia de S. Vicente, e em que é inventariante o filho da mesma, Antonio Mendes da Silva, viuvo, morador no mesmo sitio e freguesia.

S. Vicente, 15 de outubro de 1910. — O Escrivão, *José Maria de Freitas*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Seves de Oliveira*. (h)

EDITOS DE TRINTA DIAS

37 Pelo juizo de direito da comarca de S. Vicente, Madeira, e cartorio do escrivão do segundo officio Freitas, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio na Folha Official do Governo, citando os interessados Manuel Marques Teixeira de Jesus e mulher, e João Marques Teixeira de Jesus, solteiro, maior, todos ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfanologico a que se procede por fallecimento do pai e sogro dos mesmos, João Marques de Jesus, morador que foi no sitio do Pico do Guindaste, freguesia do Faial, e em que é inventariante Carolina Rosa de Jesus, viuva, moradora no mesmo sitio e freguesia.

S. Vicente, 17 de outubro de 1910. — O Escrivão, *José Maria de Freitas*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Seves de Oliveira*. (i)

38 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario orfanologico por obito de João Pires Espanha, casado que foi com a inventariante Joana de Jesus, do sitio do Arranhado, freguesia de Pechão, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, de cujo termo se contarão as audiencias e prazos legais, citando Manuel Pires Espanha, ausente em parte incerta em Buenos Aires, e Francisco da Assunção Sopa, ausente em parte incerta na Republica do Brasil, para todos os termos até final do dito inventario.

Olhão, 22 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Rodrigo Antonio de Oliveira*.
Verifiquei, *A. J. Guerra*. (j)

39 Pelo juizo de direito da comarca de Olhão, cartorio do escrivão Oliveira, e no inventario orfanologico por obito de Manuel de Brito do Valle, casado que foi em segundas nupcias com a inventariante Maria das Candeias, do sitio do Poço Longo, freguesia de Quelfes, correm editos de 30 dias a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, de cujo termo se contarão as audiencias e prazos legais, citando José Martins, ausente em parte incerta, José do Valle e mulher Gertrudes da Ponte, ausentes em parte incerta em Buenos Aires, João do Carmo Norte e Maria do Rosario e marido Salvador Gomes, tambem ausentes em parte incerta em Buenos Aires, para todos os termos até final do dito inventario.

Olhão, 22 de outubro de 1910. — O Escrivão *Rodrigo Antonio de Oliveira*.
Verifiquei. — *A. J. Guerra*. (k)

COMARCA DO FUNCHAL

Quinto officio

40 Por este juizo, e cartorio supra, se procede a inventario orfanologico por fallecimento de Maria do Rosario, moradora que foi no sitio da Casa Branca, freguesia de S. Martinho, na qual é inventariante seu viuvo Diogo de Freitas, morador no dito sitio e freguesia.

E por editos de trinta dias, contados conforme dispõe o § 2.º do artigo 197.º do Codigo do Processo Civil, é citado o interessado ausente Diogo Martinho de Freitas, solteiro, maior, para assistir a todos os termos do referido inventario, e nelle deduzir os seus direitos sob pena de revelia.

O que se annuncia.
Funchal, 11 de outubro de 1910. — O Escrivão, *João Isidoro Gomes*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Rufino da Graça*. (l)

41 Pelo juizo de direito da comarca de Alemquer, e cartorio do escrivão do primeiro officio, e no inventario orfanologico a que se procede por obito de João Franco Monteiro, morador que foi na Cortegana, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do ultimo annuncio, citando João Pereira Franco Monteiro, casado, morador em Lisboa, a fim de, como legatario, assistir a todos os termos até final do mesmo inventario.

Alemquer, 31 de outubro de 1910. — O Escrivão-ajudante do primeiro officio, *José Moreira Teixeira*.
Verifiquei — O Juiz de Direito, *Agostinho Viegas*. (m)

COMARCA DE LOANDA

1.ª Vara

Editos de sessenta dias

42 Pelo cartorio do segundo officio, correm editos do sessenta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando os herdeiros, credores e quaesquer interessados para assistirem, por si ou por seus procuradores, ao processo de arrecadação do espolio deixado por obito de Francisco Carlos de Oliveira.

Loanda, 27 de setembro de 1910. — O Escrivão, *José de Mello Junior*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, substituto legal, *J. Mendes de Vasconcellos*. (n)

43 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal, e cartorio do escrivão do sexto officio, correm editos de trinta dias, citando o herdeiro José de Freitas, casado, ausente em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do inventario orfanologico por obito de seu paes José de Freitas, morador que foi ao Muro da Coelho, freguesia de S. Roque, e de que é inventariante sua viuva, Maria da Gloria, moradora ao dito sitio e freguesia, nos termos e para os effectos do artigo 696.º, § 3.º, do Codigo do Processo Civil.

Funchal, 15 de outubro de 1910. — O Escrivão, *José Joaquim de Faria*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Rufino da Graça*. (o)

44 Pelo juizo de direito da comarca de Anadia, e cartorio do primeiro officio, correm editos de quarenta dias, a contar da ultima publicação d'este annuncio, citando João Lopes Ferreira e mulher, e Cipriano Lopes Ferreira e mulher, Anna Candida, todos ausentes em parte incerta, para no prazo de dez dias, findos aquelles quarenta, pagarem as custas do processo de curadoria provisoria que lhes foi requerido pelo curador dos orfãos, na importancia de 83\$280 réis, e bem assim os sellos do incidente da citação, ou nomearem á penhora bens suficientes e idoneos para tal pagamento, sob pena de ao representante da Fazenda Nacional se devolver tal direito, seguindo a execução seus termos.

O Escrivão ajudante, *Cypriano Simões Alegre*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Pinto*. (p)

EDITOS DE TRINTA DIAS

45 Pelo juizo de direito da comarca do Peso da Regua, e cartorio do escrivão do terceiro officio, abaixo assinado, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, e na forma do disposto no § 3.º do artigo 696.º do Codigo do Processo Civil, citando Joaquim Pereira de Sequeira, de trinta e tres annos de idade, e sua mulher Maria do Ceu Coutinho, João Pereira de Sequeira, solteiro, de vinte e nove annos de idade, e Mariano Pereira de Sequeira, solteiro, de dezasseis annos de idade, todos ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para como herdeiros assistirem aos termos do inventario orfanologico a que se procede por fallecimento da sua paes e sogro João Pereira de Sequeira, morador que foi no lugar da Igreja, da freguesia de Medrões, da referida comarca, e em que é cabeça de casal o filho do inventariado, Guilhermino Pereira de Sequeira, solteiro, de maior idade, residente no mesmo lugar e freguesia, correndo o dito prazo sem prejuizo do andamento do alludido inventario.

Peso da Regua, 24 de outubro de 1910. — O Es-

crivão, *Antonio Avelino Norberto Correia Pinto Almeida*.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Pinto*. (q)

EDITOS DE TRINTA DIAS

46 Pelo juizo de direito da comarca do Funchal, e cartorio do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando Joaquim dos Reis, casado com Maria Isabel, ausentes no Brasil, para assistirem a todos os termos até final ou deduzirem a opposição que tiverem ao inventario orfanologico a que se procede por obito de Maria Augusta, casada, moradora que foi no sitio da Corujeira, freguesia do Campanario.

Funchal, 18 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Ayres Frederico de Mesquita Spranger*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, *Rufino da Graça*. (r)

47 Pelo juizo de direito da comarca de Alemquer, e cartorio do escrivão do primeiro officio, e nos autos civis de execução por custas e sellos, em que é exequente o Ministerio Publico e executados Maria José Serrano, viuva e outros, moradores em Otta, correm editos de trinta dias, a contar da publicação do ultimo annuncio, citando Maria do Carmo e seu marido José Bernardino, residentes em parte incerta na cidade de Lisboa, para juntamente com os mais executados pagarem no cartorio do escrivão do primeiro officio a quantia de 40\$460 réis de custas e sellos contados nos autos de inventario orfanologico a que se procede por obito de Manuel Vasco Ribeiro, morador que foi em Otta, ou nos improrogaveis dez dias, depois de findo o prazo dos editos, nomearem bens á penhora suficientes para integral pagamento d'aquella quantia, sob pena de se devolver o direito de nomeação ao digno agente do Ministerio Publico.

Alemquer, 24 de outubro de 1910. — O Escrivão ajudante do primeiro officio, *José Moreira Teixeira*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Agostinho Viegas*. (s)

EDITOS DE TRINTA DIAS

48 Pelo juizo de direito da comarca de Lousada, e cartorio do escrivão do segundo officio, Reis, correm e pendem seus devidos e legais termos, uns autos de execução por custas em que é exequente a Fazenda Nacional e executados Manuel de Faria, solteiro, serralheiro, natural da freguesia de Cernadello, d'esta comarca de Lousada, e ausente em parte incerta na cidade do Porto, pelo que correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação d'este no *Diario do Governo*, citando o dito executado para no prazo de dez dias, posteriores ao prazo dos editos, pagar a quantia de 8\$820 réis de custas e mais 377 réis de multa, sob pena da lei.

Lousada, 20 de outubro de 1910. — O Escrivão do segundo officio, *Nephtali João dos Reis*.
Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, *Albano de Magalhães*. (t)

49 Pelo juizo de direito da comarca da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores, e cartorio do primeiro officio, escrivão interino Quintanilha, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este no *Diario do Governo*, pelos quaes se citam os interessados Angelo Ferreira Tavares e mulher Candida Pereira Tavares, ausentes nos Estados Unidos do Brasil, para todos os termos do inventario orfanologico de seu finado paes e sogro José Ferreira Tavares, morador que foi no lugar de Rabo de Peixe, em que é inventariante a sua viuva Maria dos Anjos, moradora no mesmo lugar de Rabo de Peixe, e bem assim se citam quaesquer credores incertos do casal do referido fallecido, para os effectos legais.

Ribeira Grande, 24 de setembro de 1910. — O Escrivão interino, *Quintanilha*.
Verifiquei. — *G. de Freitas*. (u)

EDITOS DE TRINTA DIAS

50 Pelo juizo de direito da comarca de Mafra, e cartorio do escrivão do primeiro officio, Mendonça, correm seus devidos termos uns autos civis de execução, em que é exequente a Fazenda Nacional, representada pelo magistrado do Ministerio Publico nesta comarca, executado José Ferraz da Costa Lobo, casado, mas judicialmente separado de sua esposa, proprietario, residente na cidade de Lisboa, e por isso é citada por editos de trinta dias, a contar da publicação do segundo annuncio neste *Diario*, a esposa do dito executado, ausente em parte incerta, para todos os termos até final da mesma execução.

Mafra, 14 de outubro de 1910. — O Escrivão do primeiro officio, *João Antonio da Silva Mendonça*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, *A. Barreto*. (v)

51 Pelo juizo de direito da comarca da Ilha das Flores, cartorio do segundo officio, correm editos de trinta dias, a contar da segunda publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, citando Domingos Pereira Zerbone, casado, ignorando-se o nome da mulher, ausentes em parte incerta nos Estados Unidos da America do Norte, para no prazo de dez dias, findo o dos editos, pagar no cartorio do segundo officio d'esta comarca a quantia de 13\$198 réis, importancia das custas em que foi condemnado num incidente de tomada de contas prestadas pelo seu curador Manuel Pereira Zerbone, no inventario a que se procedeu por obito de seus paes João Pereira Graça e Maria Camilla Zerbone, moradores que foram nesta villa de Santa Cruz, e bem assim para pagar as custas acrescidas com a presente execução, ou nomearem bens á penhora, sob pena da nomeação ser devolvida ao agente do Ministerio Publico, o exequente, como representante da Fazenda Nacional.

Santa Cruz das Flores, 5 de outubro de 1910. — O Escrivão, *Aurelio Augusto Carvalho Flores*.
Verifiquei. — O Juiz de Direito, primeiro substituto, *Lopes*. (x)